

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS**

Débora Oliveira de Oliveira

**“AFRICANISMO” E “APORTUGUEZAR”:
IMAGINÁRIOS DE LÍNGUA E NAÇÃO EM DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES
BRASILEIROS**

Porto Alegre
2023

DÉBORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA

“AFRICANISMO” E “APORTUGUEZAR”:
IMAGINÁRIOS DE LÍNGUA E NAÇÃO EM DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES
BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão do Curso de Graduação em Letras – Licenciatura; Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho

Porto Alegre
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Prof^a. Dra. Patrícia Pranke

INSTITUTO DE LETRAS

Diretora: Prof.^a Dra. Carmem Luci da Costa e Silva

Vice-diretora: Prof.^a Me. Márcia Montenegro Velho

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Prof.^a Dra. Alessandra Jacqueline Vieira

Chefe substituta: Prof.^a Dra. Rejane Pivetta de Oliveira

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

Coordenador: Prof.^a Dr. Gabriel de Ávila Othero

Coordenadora substituta: Prof.^a Dra. Sandra Dias Loguercio

CIP - Catalogação na Publicação

DE OLIVEIRA, DÉBORA OLIVEIRA
"AFRICANISMO" E "APORTUGUEZAR": IMAGINÁRIOS DE
LÍNGUA E NAÇÃO EM DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES BRASILEIROS
/ DÉBORA OLIVEIRA DE OLIVEIRA. -- 2023.
57 f.
Orientador: Fábio Ramos Barbosa Filho.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e
Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e
Literaturas de Língua Espanhola, Porto Alegre, BR-RS,
2023.

1. Instrumentos Linguísticos. 2. Mito Fundador da
Identidade Nacional. 3. Língua Imaginária. 4. História
das Ideias Linguísticas. 5. Análise de Discurso. I.
Barbosa Filho, Fábio Ramos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Instituto de Letras

Departamento de letras clássicas e vernáculas

A. Bento Gonçalves, 9500

CEP: 91501-970

Tel.: (51) 3308-6794

FOLHA DE APROVAÇÃO

Débora Oliveira de Oliveira

“AFRICANISMO” E “APORTUGUEZAR”:

IMAGINÁRIOS DE LÍNGUA E NAÇÃO EM DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão do Curso de Graduação em Letras – Licenciatura; Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho – UFRGS
Orientador

Prof.^a Dra. Luciana Iost Vinhas – UFRGS
Examinadora

Prof.^a Dr. Marilene Aparecida Lemos – UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meus alicerces, Carlos e Rejane. A dupla dinâmica que nunca mediu esforços para cuidar dos seus e para que eu pudesse estar onde estou. Sou feliz porque carrego muito de vocês em mim, principalmente, a lealdade aos nossos.

Aos meus irmãos, Wagner e Denner, sempre foi por vocês, aprendi a amar com vocês, donos do meu coração.

Às minhas avós, Ana e Maiza, que estruturam cada passo meu e são os pilares, o afeto e a sabedoria que norteiam as nossas famílias.

A minha dinda Neca e as demais mulheres que firmam as minhas bases desde que tenho memória, que foram e são meu abraço, meu lar, meu aconchego.

Às ações afirmativas que, desde o primeiro momento, tornaram possível minha permanência nesse espaço. Sem isso, sinceramente, não sei se seria possível estar aqui. As minhas companheiras de toda vida, Brenda e Danieli, a verdade é que não tenho lembranças de uma jornada que não tenha sido compartilhada com vocês. Ainda bem! Que sigamos assim: juntas, felizes e emocionadas uma com/pela a outra. *Las amo.*

Aos soltos (Ana, Gui, Vavá, Marcus, Su e Dig) sou feliz porque somos felizes quando estamos juntos, porque compartilhamos muito e estamos fazendo nossa história. *Gracias por tantas enseñanzas, grupo.*

Às minhas *chicas nails*, Aldrie e Pâmella, que chegaram há tão pouco, mas significaram tudo. Me fizeram as risadas mais puras e verdadeiras que já dei na vida. Seguraram minha mão e acreditaram na minha constância. *Gracias por tanto, reinas.*

Ao Douglas, meu grande (e melhor) companheiro de aventuras. Crescemos, né? Nosso encontro gerou e segue gerando o melhor de mim. Obrigada por trocar, sonhar e acreditar comigo. Obrigada por tudo que fomos, somos e construímos ao decorrer desses 8 anos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Barbosa Ramos Filho, que desde o primeiro momento tem acreditado, não somente na reflexão que proponho neste trabalho, como também na minha capacidade de seguir adiante, apresentando-me um mundo acadêmico possível, mesmo quando parece não ser. A universidade ainda carece de professores que acreditem nos discentes que, na maioria das vezes, só precisam ser acreditados. Obrigada por tudo, Fábio.

Portugal fechou um orfanato que tinha umas trezentas crianças (foram os primeiros meninos de ruas a chegar por aqui) e as soltou nas aldeias da Bahia, para que elas ensinassem o português aos índios. Um ano depois, nenhum índio estava falando português, mas os trezentas falavam a língua geral. O tiro saiu pela culatra.

Bessa-Freire, 2008, p.136

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre como os instrumentos linguísticos se apresentam e atuam na sociedade na qual estão inseridos. A partir dos pressupostos levantados, percebe-se que sua organização possui forte relação com a questão da língua nacional e da nacionalidade brasileira, propagando uma identidade marcada por uma língua unívoca ainda atravessada pela colonização. Desse modo, estabilizando-a e apagando qualquer possibilidade desta também ser composta, marcada e construída pelas diversas línguas indígenas e africanas em contato, faladas por um número expressivo de falantes. Número, inclusive, maior que o de portugueses. Portanto, partindo de uma análise primeiramente histórica desses contextos e acontecimentos históricos, os quais foram inseridos esses objetos, fez-se uma análise - com base nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso - das definições descritas nos verbetes *Africanismo* e *Aportuguesar* que, por sua vez, atribuídos pelo sujeito lexicógrafo, carregam o distanciamento dessas relações de contato inscritas em suas significações, o afastamento dos “Africanismos” no português que, do mesmo modo, está em constante aproximação de Portugal e de uma sociedade considerada “civilizada”. Por isso, pensando desde o primeiro contato com as línguas nativas, a partir da chegada das línguas dos cativos até a consolidação da língua portuguesa como língua oficial, entendeu-se esse processo com uma memória discursiva sustentada por um mito fundador e imaginário de língua ideal/nacional. Com isso, passando do contexto histórico à historicidade dessas relações, fez-se neste trabalho uma abordagem que buscou pensar a utilização dos dicionários e das gramáticas de forma mais ampla, menos excludente, mais acessível e conectada com os diversos e diferentes sentidos que também compõem a história do Brasil e que seguem silenciados e afetando uma parte específica da população.

Palavras-chave: Instrumentos Linguísticos. Mito Fundador da Identidade Nacional. Língua Imaginária. História das Ideias Linguísticas. Análise de Discurso.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo se presentan y actúan los instrumentos lingüísticos en la sociedad, donde se insertan. A partir de los supuestos planteados, se percibió que su organización tiene una fuerte relación con la cuestión del idioma nacional y la nacionalidad brasileña. Predominando y propagando así una identidad marcada por una lengua unívoca aún atravesada por la colonización. De esta manera, estabilizándolo y borrando cualquier posibilidad de que también sea compuesto, marcado y construido por las diversas lenguas indígenas y africanas que han estado en contacto aquí en un número expresivo de hablantes. Número, incluso, mayor que el del portugués. Por lo tanto, a partir de un análisis principalmente histórico de estos contextos y eventos históricos, en los que se insertaron estos objetos. Se realizó un análisis -basado en los supuestos teóricos de la Historia de las Ideas Lingüísticas y Análisis del Discurso - de las definiciones descritas en las entradas *Africanismo* y *Aportuguesar* que, a su vez, atribuidas por el sujeto lexicográfico, llevan el distanciamiento de estas relaciones de contacto inscritas en sus significados, el distanciamiento de los "africanismos" en el portugués que, de la misma manera, está en constante aproximación de Portugal y una sociedad considerada "civilizada". Por lo tanto, pensando desde el primer contacto con las lenguas de los nativos, desde la llegada de las lenguas de los cautivos hasta la consolidación de la lengua portuguesa como lengua oficial, este proceso fue entendido con una memoria discursiva apoyada en un mito fundador e imaginario de lengua ideal/nacional. Así, pasando del contexto histórico a la historicidad de estas relaciones, se realizó un acercamiento en este trabajo que buscó pensar el uso de estas herramientas de una manera más amplia, menos excluyente, más accesible y conectada con los diversos y diferentes significados que también componen la historia de Brasil y que permanecen silenciados y afectando a una parte específica de la población.

Palabras-clave: Instrumentos lingüísticos. Mito fundacional de la identidad nacional. Lenguaje imaginario. Historia de las Ideas Lingüísticas. Análisis del discurso.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Introdução | 10 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 2.1 O discurso fundador | 16 |
| 2.2 Formação discursiva | 16 |
| 3 Os processos de intensificação da língua portuguesa no brasil | 18 |
| 3.2 A chegada das línguas africanas na colônia | 23 |
| 3.3 As línguas imigrantes | 26 |
| 3.4 A consolidação do português como idioma oficial | 27 |
| 4 Os instrumentos linguísticos de organização/dominação | 30 |
| 4.1 Os dicionários | 34 |
| 4.2 Os verbetes | 338 |
| 4.3 As gramáticas | 43 |
| Considerações finais | 49 |
| REFERÊNCIAS | 54 |

Introdução

O tema proposto neste trabalho de conclusão de curso foi pensado a partir de indagações pessoais que me ocorreram sobre a história da língua portuguesa falada no Brasil, durante a disciplina *Visão Crítica da Gramática*, ministrada em 2019 pela Prof.^a Dr.^a Juliana Roquele Schoffen. No segundo semestre do curso de Letras (Licenciatura), comecei a ter os primeiros conhecimentos sobre a língua como um importante instrumento de dominação e poder, uma vez que no decorrer da vida escolar não somos instigados a refletir sobre o assunto.

Em vista disso, entendendo a pluralidade como uma marcante característica do território brasileiro, me debrucei a questionar sobre a possibilidade de uma língua heterogênea que se difere daquilo que estamos acostumados a acreditar. Com isso, passei a buscar vestígios dessa língua, formada a partir do contato de diferentes etnias no Estado, e a perceber as formas desproporcionais em que se estabeleceram as relações de contato linguísticos durante esse processo, e que edificou o que hoje acreditamos ser a língua do Brasil. A partir disso, pensando nos sentidos do idioma nacional, entendeu-se os instrumentos - responsáveis por difundir o saber metalinguístico - como importantes catalisadores dos sentidos de povo e nação.

Assim, tomando-os como *corpus* e atentando para a historicidade e as filiações ideológicas dos enunciados, as principais perguntas norteadoras para se realizar para essa pesquisa foram: o que havia acontecido com as línguas maternas dos povos indígenas que aqui já habitavam? E com as línguas maternas dos povos africanos que aqui chegaram? Há algum resquício de influência na língua portuguesa falada no Brasil? Como poderia ser o português o idioma nacional do país, posto que os portugueses eram minorias em comparação à quantidade exacerbada de povos indígenas e africanos que formaram em maior número a sociedade do século XIX? Questões como essas foram exploradas a partir da atenção, do cuidado, da montagem, da associação e, sobretudo, da tentativa de reconstituição de conceitos esquecidos e lateralizados.

Sabe-se que até pouco tempo a história do Brasil era contada de forma superficial e pouco explorada nos espaços de formação, principalmente, no que se refere à memória de um território colonizado, descoberto e explorado. Onde, muitas vezes, discussões em torno desse tema eram romantizadas, inclusive no que se referia à perversidade dos portugueses na época, justificando-as como um acontecimento “ruim”, porém necessário para a construção

de uma “civilização”.

É possível reconhecer que os estragos coloniais, que se iniciaram em 1500, trouxeram impactos para a nação brasileira, cujos reflexos se manifestam até hoje, cotidianamente, nos diferentes pilares que sustentam o Estado e nos diferentes indivíduos que compõem a sociedade atual. Contudo, as novas pesquisas e estudos que foram se desdobrando em torno desse tema nas últimas décadas vem permitindo à comunidade acadêmica - e aqui me restrinjo somente a esse âmbito - explorar e ampliar cada vez mais diferentes modos de entender essa história. Dando-nos chances, ainda que de forma lenta e gradativa, de ressignificar o que por muitos séculos foi significado pela ótica do colonizador. Segundo Mariani (2003), a colonização linguística europeia ancorou-se em três instituições nucleares do aparelho de Estado: religião, realeza e direito, simbolizando um estágio avançado de civilização, que partiu do princípio de uma única língua nacional gramatizada e escrita: a língua portuguesa.

Assim, ao dar início a essa investigação - que se efetivou quando entrei para o DARQ (Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo), liderado pelo professor Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho - cheguei por um momento a acreditar que era um assunto que não renderia frutos para a pesquisa, pois ao decorrer da investigação tive dificuldade de acreditar que essa seria uma pesquisa relevante, visto que as discussões em torno dos instrumentos parecer estar em segundo plano na pesquisa acadêmica e, conseqüentemente, na sociedade. No entanto, as indagações apresentadas me levaram ao encontro com o que Orlandi (1994) entende construir um imaginário linguístico que faz parte da definição de ser brasileiro e que nasce com a noção de discurso do mito fundador. Os discursos que se produzem nessa lógica - sobre uma determinada língua e em determinadas condições de produção - constituem o modo com que lidamos com a temporalidade e a historicidade. Com isso, embasada na teoria da Análise de Discurso, em diálogo com a História das Ideias Linguísticas, busco nesta pesquisa compreender, através das gramáticas e dos dicionários, como os instrumentos linguísticos foram cruciais para viabilizar os processos de dominação, unificação e estabilização do Estado Nacional - especialmente, no que se refere a um ambiente de exercício político de línguas.

Desse modo, pensando para além dos objetos que nos foram organizados a partir das filiações ideológicas dos enunciados e questionando a transparência dos sentidos que tece o imaginário da língua portuguesa como da identidade nacional, constrói-se nesse material um movimento de confrontos, alianças, oposições, ambiguidades e tensões com outras

línguas que, de acordo com Orlandi (2007), expõe o brasileiro em diferentes ordens do simbólico, mas não deixa de representar a necessidade de unidade da língua.

Uma vez que a Análise de Discurso nos convoca a analisar os enunciados de maneira não-hermenêutica, não interessando a busca pelo sentido do texto, e sim como o texto *funciona* em sua circulação, passamos a questionar as relações de sentidos que se estabelecem nessas condições históricas de produção dos verbetes selecionados para análise com máxima atenção ao modo como a morfologia pensa o significado dos sufixos (*-ismo*, *-esar*) e radicais, especialmente em instrumentos pensados a partir da formalidade. Busco refletir, portanto, sobre os diferentes processos discursivos que construíram essa memória, atentando para as diversas formas de apagamento identitário e de exclusão social de sujeitos que foram, e são, de algum modo, esquecidos a partir da determinação de língua portuguesa como idioma oficial do Brasil.

Sendo assim, proponho nesta pesquisa questionar como se constituiu o sujeito brasileiro e os efeitos de sentido de processos de colonização e descolonização linguística. Busquei, então, realizar um levantamento que me permitisse escutar os movimentos e as tensões estabelecidas nos verbetes, para além do que Orlandi (2002) explica haver na produção de efeitos da completude da língua. Pensando não somente a função dos instrumentos, bem como o funcionamento destes em relação ao sujeito, à sociedade, a história e a memória discursiva. Lima (2008), entende os conhecimentos coloniais linguísticos como saberes desenvolvidos no intuito de categorizar um mundo social e domesticar as línguas ditas “exóticas” coloniais com a consolidação das gramáticas. Estendendo essa noção também aos dicionários, a consolidação desse instrumento é resultado do fortalecimento da escrita que se torna legítima somente na Constituição de 1824. Esse documento torna obrigatório a instauração de escolas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, onde, conforme explica o autor, umas das finalidades era o ensino gramatical da língua para a criação de um “caráter nacional” e de unidade política do Estado independente.

Baseado nisso, as reflexões aqui levantadas se iniciam no terceiro capítulo, logo após a apresentação do referencial teórico do material, onde me dedico a contextualizar de maneira histórica os processos cronológicos que levaram a consolidar a língua portuguesa como idioma oficial no Brasil. Assim, parto de uma análise desde os primeiros contatos com as línguas indígenas na região da Amazônia. Logo, passando pela chegada dos africanos no continente até vinda da família real para a colônia, período em que se

intensificaram as migrações regionais e a política (repressiva) de línguas na metrópole como forma de organização e controle do Estado. Resultando, também, na transposição dos instrumentos europeus que serviram de base para a confecção dos instrumentos locais - gramáticas e dicionários brasileiros.

No quarto capítulo, trago questionamentos mais aprofundados sobre instrumentalização da língua nacional, a partir desses instrumentos citados anteriormente, que agrega uma extensa e movimentada rede de pesquisadores, até hoje, responsáveis por determinar os pilares do saber metalinguístico. Ademais, penso sobre o papel fundamental do sujeito-autor que, interpelado pela ideologia, quando realiza as definições dos verbetes nos dicionários, torna-se responsável por controlar a linguagem em funcionamento, sustentando um gesto interpretativo e estável, estabelecendo sentidos na história ao mesmo tempo em que existe um afastamento em relação a sua identidade e a sua autoria.

Assim, tomo o dicionário como um documento de representação imaginária da língua, analisando os verbetes *Africanismo* e *Aportuguesar*, para escutar como as tensões raciais se estabelecem por esse meio, além do modo como as definições atribuídas a essas palavras funcionam, e como estão sendo realizadas as significações na língua que permitem a compreensão dos efeitos discursivos mobilizados no arquivo. De acordo com Barbosa Filho (2022):

Quando tomamos o documento como feixe de um arquivo ou o arquivo como campo de documentos, consideramos este(s) documento(s) como um espaço de múltiplas determinações. O documento é um suporte material, ou seja, histórico, que supõe uma existência formal. É essa compreensão que faz dele mais que um veículo. Nele funcionam formulações que, irremediavelmente, apontam para outras formulações que ele silencia, nega, parodia, parafraseia etc. Nele funcionam, também, relações de sentido que só podem ser descritas quando da consideração da materialidade da língua. É por isso que este documento singular pode ser considerado um arquivo: justamente porque ele não é singular, mas o resultado de processos. Ele tem esse efeito de unidade garantido por uma existência formal. Mas essa existência formal não é homóloga à sua materialidade.” (Barbosa Filho: 2022, p. 11)

Em seguida, reflito também sobre o papel da gramática, pensando-a como ponto de partida para essa discussão do imaginário de unidade da língua, uma vez que a partir dela pode-se pensar a imposição de uma língua homogênea, o silenciamento das diferenças linguísticas e o apagamento das identidades indígena e africana (Auroux, 1992). Além disso, destaco de que maneira a morfologia pensa o significado dos sufixos e radicais, apontando que a partir de uma análise discursiva estes mudam de sentido quando empregados nos verbetes analisados.

Desse modo, uma vez que as teorias aqui apresentadas evocam nesses temas diversas vertentes para se continuar pensando sobre o assunto, defendo as instituições de ensino, como um lugar possível para compreender as relações de sentido que surgem dos instrumentos que circulam nesses espaços. No quarto capítulo, intitulado como considerações finais, faço um resumo sobre o que foi analisado e penso na possibilidade de se pensar a relação desses instrumentos nas escolas. Assim, finalizo o texto cogitando a possibilidade de continuar investigando esse assunto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Análise de Discurso (AD) é o campo do saber que estuda a relação entre a língua, o sujeito e a história. Proposta por Michel Pêcheux (2009), que, por sua vez, entende a língua como um sistema aberto, não homogêneo, onde a ideologia encontra a sua materialidade e produz efeitos de sentido concebidos em relação às condições de produção. Essa prática de estudo nos permite entender as construções ideológicas presentes nos textos (orais ou escritos) e analisar as relações de sentidos que se estabelecem no que está sendo elaborado pelo sujeito, através das condições sócio-históricas de produção.

A historicidade, nesta perspectiva, parte da teoria das formações sociais, ideológicas, na filiação de sentidos que surgem das relações de poder e “ao modo como os fatos são analisados e interpretados” (ORLANDI, 1996). A linguística, por esse viés, é entendida como uma teoria de mecanismo sintático e de processos de enunciação que acontecem através da fala. Assim, tendo os fatores externos da língua - contexto sócio-político-cultural - como base fundamental, conforme sugere Orlandi (1996), para a compreensão da sociedade e as das formações sociais e ideológicas que interpelam os sujeitos em cada momento que vivem.

Com isso, as palavras podem mudar de sentido conforme as condições de produção, abrindo espaço para compreender, por exemplo, como os verbetes que serão analisados na próxima seção significam algo em um determinado momento, e esses mesmos verbetes significam diferentemente em outro momento. Para Pêcheux, o sujeito não fala qualquer coisa em qualquer lugar, não fala tudo aquilo que as combinações de signos permitem dizer, mas aquilo que é possível de ser dito em um determinado momento histórico. A língua, portanto, não é considerada somente como um mecanismo fisiológico, mas também como a possibilidade de produzir discurso, como a base do discurso.

Por conseguinte, uma vez que o sujeito é determinado tanto pela língua quanto pela história, é preciso que o analista de discurso construa sua proposta metodológica não adotando uma análise estritamente linguística do material, mas sim, uma leitura que entenda o arquivo em seu *feito* de unidade e atente para os efeitos passíveis de serem formulados em outras condições de produção:

Para nós, o arquivo não pode ser considerado jamais enquanto suporte de informações ou como a expressão textual de um acontecimento. Precisamos de uma compreensão do arquivo que coloque em primeiro plano a materialidade da língua e o funcionamento da discursividade. **A história, compreendida a partir de uma**

posição discursiva materialista, não é uma sequência contínua de acontecimentos, mas uma combinação contingente de processos que se articulam dando consistência material às diferentes práticas. Quando dizemos, por exemplo, que todo dizer ou enunciado é histórico, não dizemos com isso que ele pertence a uma sequência cronológica, linear. Dizemos que ele é histórico por ser constituído materialmente por outros dizeres e enunciados, com os quais ele tece relações materiais de antagonismo, repetição sinonímica, implicação etc. É o fato de não ser originário, primeiro, que faz dele histórico. Ele é sempre o resultado de processos anteriores, exteriores e independentes. (Barbosa Filho: 2020, pág.19. grifos meus)

A partir das concepções teóricas apresentadas que anoro a reflexão sobre como os instrumentos linguísticos operam significando a memória da língua portuguesa como símbolo da identidade do Brasil/*brasileiro*.

2. 1 O discurso fundador

Para Orlandi (2001), o discurso fundador funciona como referência básica no imaginário-constitutivo em relação à memória do Brasil. Ecoando na constituição dos sentidos que, por sua vez, não possuem lugares originários, já que surgem de muitos deslizamentos, monta também a certeza de territorialização - estabelecida na relação de forças, e reproduzindo os significados (as ideias) que já estavam estabelecidos, tomando-os como seu. Essa ocorrência se estabelece em três momentos diferentes - os quais deixarei mais explícitos nas seções a seguir: no *apagamento* das línguas indígenas e africanas, na *resistência* linguística desses povos em situação de comunicação emergencial, diante do *retorno* - terceiro momento - de políticas repressivas e institucionalizadas que, em um processo lento e organizado, determinaram a língua portuguesa (do dominador) como oficial, resultado no que hoje entendemos e conhecemos como idioma nacional do Brasil. Em vista disso, sendo a língua heterogênea, entende-se aqui, para além do que Pêcheux (2009) explica, ser o *fato da língua* subestimada, ou seja, um mero veículo de mensagens, informações e conteúdos. Assim, questionando os instrumentos que permeiam o saber sobre a língua portuguesa como efeito de completude, projetando a imagem de uma língua ideal, perfeita e homogênea.

2. 2 Formação discursiva

Entendendo os processos discursivos como a materialização do contato entre o ideológico e o linguístico, já que estes representam no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas, o conceito de formação discursiva cumpre um papel decisivo na

montagem do material na medida em que nos permite a elaboração de uma análise discursiva e não apenas linguística. No entanto, há dentro dessa circunstância o conceito de *especificidade* que Courtine (2016) explica ser fundamental para tomar o discurso como objeto que deve ser pensado para além da análise linguística.

A análise sintática pode, por um lado, fornecer “a linguagem de descrição e a técnica de manipulação de sequências discursivas e, por outro lado, a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso” (Courtine, 2016, p. 15). Portanto:

A distinção entre base linguística e processos discursivos/ideológicos de que essa base faz da relação do linguístico com o ideológico a própria materialidade do discursivo: ela pode autorizar assim levar em conta as relações de antagonismo, aliança, recuperação, absorção... entre as formações discursivas relevantes de formações ideológicas determinadas e exprimir, assim, o fato de que dentro de uma dada conjuntura da história de uma formação social, caracterizada por um Estado de relações sociais, os sujeitos falantes, naquele momento da história, pudessem concordar ou discordar do sentido a dar às palavras, falar diferentemente, ao falar a mesma língua. (COURTINE, 2016, p. 16)

Assim, entendendo a formação discursiva como algo material e externo à língua, passamos a entendê-la também como duplamente determinada pelas formações ideológicas e pela autonomia relativa da língua. Além disso, devemos ressaltar o conceito de *interdiscurso*, abordado pelo autor, é tratado como instância de formação, repetição, transformação das FDs, “como um processo de reconfiguração incessante pelo qual o saber de uma FD é conduzido em função das posições ideológicas que a FD representa em uma conjuntura determinada” (Courtine, 2016, p. 23). Isso significa que uma FD ao incorporar os elementos do pré-construído no exterior dela mesma dará sua redefinição retomando seus próprios elementos, organizando a repetição, provocando seu apagamento/esquecimento e podendo ser referido como aquele que rege o deslocamento de suas fronteiras.

O intradiscurso, por sua vez, trata-se da sequência discursiva (SD), o lugar de realização/sequencialização dos elementos do saber que são linearizados. Esses dois conceitos formalizam, a partir das categorias de processo e de contradição - que possui o princípio da historicidade, a formulação do enunciado de uma FD do sujeito enunciator.

A partir disso, então, podemos pensar as bases para a formação dos objetos que norteiam os saberes linguísticos que represe o Estado, a partir de um sujeito lexicográfico que estratifica e estabiliza as referências e definições. Veremos mais sobre isso à medida em que nos aprofundamos nessa reflexão.

3 Os processos de intensificação da língua portuguesa no Brasil

Antes de chegarmos à implementação da língua portuguesa como idioma oficial do Brasil é preciso atentar para os diversos fatos significativos que compuseram a construção dessa memória e considerar que essa história parte do princípio de um país colonizado, construído mediante processos de dominação que por muito tempo suprimiram as diversidades culturais existentes neste espaço.

Segundo a obra “História social da língua nacional”, organizada por Lima e Carmo (2008), essa construção carrega inscrito em sua memória - ademais das descrições fonéticas, gramaticais e vocabulares advindos do português europeu - o (des)tratamento de inúmeras outras línguas que estiveram em contato nesse local e que corroboraram significativamente para a construção da sociedade atual. Além disso, tal memória simboliza uma identidade nacional que produz, por consequência, efeitos de apagamento e exclusão de diversas identidades socioculturais, como as indígenas e as africanas, que aqui estiveram em contato desde o período colonial.

Para entender os efeitos de sentidos que surgiram no decorrer desse processo, é preciso voltar um pouco à história e resgatar a lembrança de um país colonizado e que, de acordo com Guimarães (2005), inicia, oficialmente em meados de 1532, com o processo efetivo da colonização portuguesa. Por isso, na história da língua no Brasil ressoa o discurso produzido pelo olhar do colonizador sobre o brasileiro que possui como memória (domínio do saber) o já-dito europeu que está presente desde a origem, uma vez que a fala é falada pela memória do outro. No que concerne ao Brasil, portanto, o contato entre línguas comparece, para além das relações comerciais, políticas e ideológicas, a partir do convívio forçado de diversas etnias e do estabelecimento de um projeto intencional de um país monolíngue que tende de apagar a história daquilo que é anterior-posterior à chegada do europeu e foi submetido a condição de colonizado.

Em vista disso, segundo Guimarães (2005), podemos pensar em quatro fundamentos teóricos que foram cruciais para a instauração do idioma que hoje temos como oficial. O primeiro começa no século XVI, com o início da colonização europeia, momento em que o português esteve em contato direto com as línguas gerais - idioma falado pela maioria dos povos originários - e com o holandês. Neste momento, o controle sobre a produção e o comércio de açúcar no nordeste passou por relações de disputa entre os portugueses, os holandeses e os luso-brasileiros, resultando na expulsão do segundo do território disputado. A

partir desse momento, começa o segundo período, o qual, não havendo a concorrência de outra língua de Estado, o português, então, passou a estabelecer uma relação mais direta com as línguas indígenas e as línguas africanas, sem outras interferências.

Assim, após o genocídio em massa dos povos indígenas, com a intensificação do tráfico transatlântico, com o andamento robusto do processo de colonização e com atitudes mais diretas de políticas de língua, o império português passou a tomar diferentes medidas de controle dos povos escravizados e suas relações com as línguas do Estado. Começando com o impedimento do uso das línguas gerais nas escolas e ampliando a utilização da língua portuguesa até torná-la majoritariamente falada e estudada. Surge, com isso, o estabelecimento do Diretório dos índios (1757), por iniciativa do Marquês de Pombal, cujo objetivo era proibir definitivamente o uso das LGs na colônia, e efetivar a língua portuguesa como falada, escrita e ensinada na colônia, culminando ainda mais no declínio da língua dos povos originários. A chegada da família real, em 1808, estabelece o terceiro período, pois fortalece a questão da língua nacional no parlamento brasileiro e aumenta, em curto espaço de tempo, a população portuguesa no Rio de Janeiro. Além disso:

Com o maior número de portugueses cresce também o número de falantes específicos do português. E isto tem uma outra característica: os portugueses que vêm para o Brasil não vêm da mesma região de Portugal. Desse modo, passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, divisões do português que, em Portugal, conviviam como dialetos de regiões diferentes. (GUIMARÃES, 2005, p. 24)

Outro fator importante a ser mencionado ao longo dessa trajetória é a transformação do Rio de Janeiro em capital. Pois, com a criação da imprensa no Brasil, funda-se a biblioteca nacional e geram-se mudanças no quadro de vida cultural brasileiro. Tornando, conseqüentemente, a língua portuguesa como o instrumento direto de circulação via imprensa que, por sua vez, produzia efeito de unidade do português, enquanto língua do rei e da corte.

O quarto período, portanto, se estabelece em 1826, com a proposta do deputado José Clemente de produzir os diplomas médicos em “linguagem brasileira”. Nesse momento, a discussão passou a girar em torno do processo pelo qual os brasileiros passaram a ter legitimadas suas gramáticas para o ensino do português nas escolas e seus dicionários de língua nacional. Com isso, as discussões acerca do ensino eram pensadas visando legitimar a língua portuguesa como oficial do Estado. Assim, os professores eram condicionados a pensar seus ensinamentos a partir desse viés, e as escolas passaram a ser vistas como cruciais para estabelecer as diretrizes essenciais, deliberar o português como língua da nação e permear o

mito de uma língua unívoca, enquanto imaginário de nacionalidade do povo *brasileiro*.

Os processos de dominação das metrópoles sob as colônias se deram de formas diferentes em cada território colonizado. Enquanto nas colônias francesas, por exemplo, as culturas locais eram assimiladas pelas culturas francesas e nas colônias inglesas vivia-se o apartheid. No Brasil, iniciava-se um processo de colonização integracionista, calcada na mistura entre raças e no mito da igualdade.

3.1 O contato com as Línguas Indígenas na região da Amazônia

Para entender mais especificamente as relações que se estabeleceram entre a língua portuguesa e as línguas gerais, e entender as relações de sentidos que derivam desse contato, atentemo-nos ao nosso olhar, primeiramente, para a chegada dos europeus na Amazônia. Bessa-Freire (2008), explica que durante o processo de colonização e diante do enorme número de falantes nativos que já habitavam nessa região, coube aos primeiros cronistas coloniais - que já haviam reparado a utilização de uma língua geral: o tupinambá - “aprender” para utilizá-la a fim de garantir uma unidade possível em meio à tanta diversidade linguística. Tais fatos ocorreram em um local onde havia, aproximadamente, 718 línguas diferentes antes da chegada dos portugueses e, também, onde se construiu um imaginário fundador de unidade territorial e política de nação brasileira que, segundo o autor, parecia existir desde 1500.

Esse processo iniciou-se com a decisão da coroa de criar, em meados do século XVII, o Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Nesta época, havia duas línguas de base indígenas que predominavam nessas regiões: a língua geral paulista e a língua geral amazônica:

A política de línguas distinguia dois tipos de línguas: de um lado, havia as línguas particulares e, de outro, as línguas gerais. As gerais eram aquelas que permitiam a comunicação interétnica entre falantes de diferentes línguas particulares e que compartilhavam determinado espaço geográfico. Os portugueses fortaleceram, então, as línguas gerais nos dois Estados que eles tinham na América. Eles fortaleceram o que os lingüistas hoje chamam de LGP (língua geral paulista), falada no litoral brasileiro, a partir do tupi de São Paulo. Eles investiram também na LGA (língua geral amazônica), formada a partir do tupinambá, que era uma língua de filiação tupi, falada na costa do Salgado entre São Luís do Maranhão e Belém. (BESSA-FREIRE, 2008, p. 127).

Durante esse processo, os exploradores, ao se depararem com tamanha diversidade linguística, entenderam que para entrassem em acordo com os nativos - e atender seus interesses políticos e econômicos, era preciso abrir espaço para as línguas gerais e estimular a sua expansão, sobretudo para o cortar e transportar o pau-brasil. Nesse primeiro momento, então, o colonizador, para suprir suas necessidades, precisou aprender sobre o novo

território, sobre aqueles povos e suas línguas, visto que “o sistema colonial só podia funcionar se as ordens dadas pelo português fossem entendidas e obedecidas pelos índios. Ele não funcionaria se não houvesse uma língua de comunicação” (Bessa-Freire. 2008, p. 135-136). Deste modo, as línguas gerais (tupi) que circulavam entre os indígenas de diferentes tribos tornou-se, inicialmente, a língua franca, tendo um considerado papel de destaque e de aprendizagem durante esse período. Nesse primeiro momento, o português era empregado somente em documentos oficiais, praticado apenas por aqueles que estavam ligados à administração da colônia e, portanto, passou a valer com veemência exclusivamente nas regiões de interesses mercantilistas, onde o contato era mais intenso com a metrópole.

Dessa maneira, de acordo com Bessa-Freire (2008), podemos pensar e organizar o apagamento linguístico das línguas indígenas nessa região da seguinte forma: a) existiam mais de setecentas línguas particulares antes da chegada dos europeus, os indígenas deste local eram monolíngues, logo, foi preciso um processo de formação de língua geral. Assim, os jesuítas adotaram o tupinambá, que em seguida passou a circular na Amazônia e a expandir; b) houve um período colonial na Amazônia em que os nativos daquela região eram requisitados como mão de obra, precisando sair de suas aldeias para trabalhar com outros indivíduos de diferentes procedências linguísticas, sucedendo com práticas bilíngues (LV - LGA) e em “novas” referências identitárias; c) a língua geral amansava o índio selvagem, dado ser preciso comunicar-se com outros grupos.

Por isso, à medida que isso ia acontecendo, muitos abandonavam suas práticas sociais em LVs, porque iam conhecendo outras línguas, juntando-se com outras pessoas e criando novas bases para o monolinguismo (forçado) em LGA. O que, por consequência, passava a ser a língua materna de seus descendentes. Como resultado:

“em menos de quatro séculos ocorreu um processo de deslocamento linguístico entendido como um processo de transferência que se caracterizava pelo abandono de uso de certas línguas em favor de outras ao longo de várias gerações.”
(Bessa-Freire. 2008, pág.127).

Há, nesse entremeio, outras questões importantes a serem apontadas: a atuação significativa da Igreja e do Estado na criação de um projeto intencional de uma colônia monolíngue, com o intuito de formular políticas de línguas e um conjunto de medidas destinadas a viabilizar a proposta colonial de instaurar a ordem local. Suas ações - não se

importando com os interesses humanitários dos nativos, mas sim em ordenar, catequizar, escravizar e explorar ao máximo a nova colônia - corroboraram para a aniquilamento dessas identidades e para criação de um imaginário de língua portuguesa como unidade linguística, porque juntos atuavam fortalecendo a ideia de que as línguas precisavam ser inventadas para a unificação do sujeito, da nação e do território.

3.2 A chegada das línguas africanas na colônia

Do século XVI ao século XIX, com o intuito de substituir o trabalho escravo ameríndio, dado ao extermínio dessas populações e a sua resistência à integração à sociedade colonial, chegaram ao Brasil, sob as condições do tráfico transatlântico, de quatro a cinco milhões de africanos originários da região banto, a qual havia pelo menos 130 línguas existentes, situada na extensão sul da linha do equador, e da região oeste africana ou “sudanese”, que abrange os territórios que vão do Senegal à Nigéria. De acordo com Castro (1983), da primeira região citada, destacaram-se na colônia portuguesa os idiomas quicongo, quimbundo e umbundo. Em contrapartida, da região “sudanese”, surgiram as línguas da família kwa, faladas no Golfo do Benim, apresentando-se nessa região os iorubás e os povos de línguas do grupo ewe-fon.

A chegada intensa dos africanos resultou em expressivo contato linguístico e cultural na colônia portuguesa. Estima-se que o número de afro-descendentes era superior ao número de portugueses e outros europeus que aqui estavam alocados. Em 1823, a população brasileira era condensada por 75% de negros e seus descendentes. Desse modo:

Os traficantes e senhores praticavam a política de misturar escravos de diversas etnias para evitar rebeliões, era comum que os escravos africanos reunidos em diversos pontos do continente americano falassem línguas mutuamente ininteligíveis, o que os obrigava a recorrer ao código de emergência para se comunicarem também entre si. Paralelamente, os filhos desses escravos e escravas que nasciam nessa situação de contato acabavam por adotar como língua materna a língua do grupo dominante, por ser esta mais viável socialmente. (LUCCHESI, 2008, p. 160).

Assim, marcados pela questão do conflito linguístico, os escravizados passaram a ser classificados na sociedade escravista em “boçais, os que não compreendiam a língua senhorial; ladinos, os que já a haviam assimilado; e os crioulos que, nascidos aqui, tinham melhores condições de transitar” (Lima e Carmo. 2008, pág. 12) entre a casa-grande e a

senzala, duas comunidades sócio-linguisticamente diferenciadas, pois estavam mais suscetíveis à adoção e aceitação de padrões europeus então vigentes.

Na condição de bilíngües, atuavam como uma espécie de leva-e-traz, o que deu motivo ao ditado popular “diante de ladino, melhor ficar calado”, desde quando podiam falar a um número maior de ouvintes, e influenciá-los, resultando daí por adaptarem uma língua a outra e estimularem a difusão de certos fenômenos lingüísticos entre os não bilíngües, no caso, o “escravo novo” e o chamado “escravo boçal”, aqueles que não falavam português. (CASTRO, 1983, p. 5)

Há, contudo, outro fato importante de ser mencionado, pois, as mulheres negras, na função de mãe preta dos filhos dos engenhos, exerciam papéis tão marcantes no seio da casa que, de acordo com Castro (1983) até hoje, por exemplo, chamamos o filho mais jovem pelo termo angolano *caçula* em lugar de *benjamin*, como se diz em Portugal.

Assim, as línguas faladas pelos escravizados chegaram à colônia fundindo-se “com o português arcaico das caravelas”. Nesse período, o contato entre o português e as línguas maternas dos cativos têm sido objeto de silêncio por razões históricas e epistemológicas, uma vez que para a academia o prestígio é conferido somente ao que está “oficializado”, porque, para uma sociedade que se organiza por gramatização, o que não está escrito e legitimado, não pode ser oficial. Dias (2018) explica que o brasileiro enquanto sujeito só é percebido como cidadão quando tem como referência o percurso de escrita, desse modo, os que não escrevem são afastados desse sentido.

Esse processo de integração lingüística, portanto, tiveram consequência direta para a alteração da língua portuguesa na antiga colônia, como resultado temos palavras como *babaca*, *caçula tanga*, *moleque*, *bunda* e outras centenas que usamos todos os Dias e que são vocábulos de origens africanas apropriadas pela língua portuguesa. Com isso, percebe-se a importância de refletir sobre a participação desses línguas na configuração do português brasileiro, não somente sobre as palavras tomadas como “empréstimos”, mas principalmente sobre as diferenças marcadas por esse contato que configuraram o truncamento entre o português do Brasil do de Portugal, sobretudo na linguagem popular brasileira e que, volto a repetir, não são identificadas e valorizadas como tal.

Desse modo, entende-se a participação das línguas africanas, nesse processo de construção da língua portuguesa como idioma oficial, como um conjunto de marcas/variações que os singulariza, ao mesmo tempo que os distancia da nação, que se formou na situação de contato e que gerou uma reestruturação gramatical, uma vez que esses povos não aprendiam e recebiam a língua do colonizador na escola, mas sim de modo irregular, no dia a dia. A vista

disso, além de serem alvo do olhar preconceituoso e discriminador, as identidades dos africanos eram associadas a inferioridade biológica, cognitiva e cultural do ponto de vista linguístico e ideológico dos europeus. Também eram caracterizados como falantes de um “mau português”, pois suas representações linguísticas eram significadas por uma variedade bem distanciada da considerada língua da civilização. Possuindo, ainda, um uso de variedades particulares, repletas de “erros” gramaticais e "deformações" em suas pronúncias consideradas incorretas. Espírito Santo e Barros Santos (2018) apontam para que antes da colonização se seguia o mito de que a África era uma lousa em branco e que precisava ser preenchida com categorias europeias, ocorrendo, por conseguinte, a necessidade de criação de nomes para grupos étnicos e para descrição de suas línguas:

Dessa forma, podemos observar que o grande projeto colonial da invenção tinha como principal objetivo transformar as línguas e culturas “descobertas” em objetos de conhecimento europeu, isto é, inventar línguas e culturas não semelhantes às europeias, mas sim semelhantes ao que os europeus achavam como elas deveriam ser (MAKONI e PENNYCOOK, 2005 *apud* Espírito Santo e Barros Santos, 2018, p. 154)

Dessa maneira, convivendo com uma repressão social declarada, a comunicação dos escravizados e seus descendentes foram resistindo a espaços sociais cada vez mais restritos, originando, assim, o código de comunicação emergencial das senzalas, das plantações, dos quilombos e das minas. E, uma vez que a realidade linguística dos escravizados passou a caracterizada por um conjunto de marcas que os singularizam e o acesso aos modelos gramaticais da língua portuguesa tornou-se restrito ao grupo dominante, abriu-se espaço para processos originais de gramaticalização e transferências de estruturas gramaticais da(s) língua(s) dos grupos dominados para preencher as lacunas estruturais da comunicação.

Castro (1983), explica que com a chegada da família Rio de Janeiro (1808), iniciou-se um processo de urbanização que exigiu uma maior fixação da mão-de-obra escrava nas cidades, em uma época em que a maioria da população brasileira era constituída de mestiços e crioulos. No entanto, do fim do tráfico transatlântico até a abolição oficial da escravatura (1888), intensificou o tráfico interno, levando, por consequência, os escravizados a outras regiões do sul, sudeste e centro-oeste para a exploração da floresta amazônica, onde os povos indígenas eram preponderantes. Consequentemente, os escravizados com sua dinâmica cultural e linguística tiveram sua presença constante em todas as regiões do território brasileiro através das migrações para os Estados industrializados (Centro-Sul) e para as regiões de mineração do Norte e Centro-Oeste, dessa maneira, formatando e difundindo o

português - de variedade irregular - para todo o território. Tal transmissão se dá aos moldes de um truncamento, não acontecendo de maneira regularizada, a partir dessa relação de mistura que se estabelece completando as lacunas entre a aprendizagem de um código emergencial e a língua materna dos escravizados.

Por isso, a partir dessa mobilidade urbana, houve o alastramento dos dialetos africanos em todo o território brasileiro. Visto que o processo de exploração dos africanos continuou existindo por um longo período e suas influências na língua portuguesa também continuou existindo. Logo, contribuindo com suas marcas no português brasileiro. Pode-se, em vista disso, compreender que, embora o Estado tenha se esforçado para apagar, minimizar ou negar as contribuições linguísticas resultantes desse processo, “os africanos e seus descendentes constituem um elemento fundamental na formação da sociedade brasileira e na expansão da língua portuguesa para todo o território brasileiro.” (Lucchesi. 2008, pág. 152).

As influências culturais recíprocas geram, de forma mais ou menos subliminar, ainda conforme explica Castro (1983), valores e traços expressivos, de extrema significância na construção da sociedade nacional emergente e da língua portuguesa do Brasil nesse contexto sócio-histórico. Portanto, ao tensionar esses fatos de ordem socioeconômica e de natureza linguística, viabiliza-se a presença das línguas africanas em todos os setores da língua portuguesa: “léxico, semântico, prosódico, sintático e, de maneira rápida e profunda, na língua falada.” (Castro: 1983, pág.4)

3.3 As línguas imigrantes

Segundo Guimarães (2005), por volta de 1818/1820 temos de um lado a discussão em torno da língua oficial e nacional do Brasil. De outro, o início das relações também entre o português e as línguas de imigrantes. Assim, apesar destas se apresentarem de maneira diferente das demais, há, ainda que em quantidade menor, um contexto de contato também com outras línguas europeias. Esse processo inicia com a chegada dos alemães para Ilhéus (1818), Nova Friburgo (1820) e com a passagem do século XIX-XX. Durante esse período, chegaram no Brasil falantes de alemão, italiano, japonês, coreano, holandês e inglês devido a ação direta do governo que buscou cooperação para o desenvolvimento do território.

As línguas maternas desses imigrantes eram consideradas civilizadas, em total oposição às línguas indígenas e africanas que não possuíam lugar para si e seus falantes:

Essa diferença não é simplesmente uma diferença empírica do tipo: as línguas indígenas e seus falantes já existiam no Brasil quando da chegada dos portugueses e as línguas de imigração vieram depois. A diferença é o modo de relação. (GUIMARÃES, 2005, p. 25)

Assim, conforme mostra o autor, o espaço de enunciação do Brasil passa a ser em torno da lei, das escolas do território brasileiro e da língua oficial - o português, que, por sua vez passou a ser significado como a língua materna de todos os brasileiros, embora uma parcela deles tivessem como língua materna outras línguas nacionais.

Essas duas relações possuem espaços significativamente distintos e se criam historicamente no Brasil, pois há, para além desses fatores, o sentido de apropriação do português enquanto língua com as marcas de sua relação com as condições sócio-históricas brasileiras. Por isso, o português ao funcionar em novas condições e, levando em consideração a sua relação com as línguas indígenas, africanas e, inclusive, a dos imigrantes, se desprende e foi modificando-se do português europeu ao longo dos séculos. Nesse sentido, gramáticos, escritores e sujeitos lexicológicos brasileiros do final do século XIX começaram a trabalhar o “sentimento” do português como língua nacional do Brasil.

3.4 A consolidação do português como idioma oficial

De acordo com Modesto (2022), a passagem entre os séculos XIX e XX marcou um momento de mudanças sociais e políticas que buscavam oficializar uma identidade própria do brasileiro cada vez mais afastada da identidade europeia-portuguesa. Pensar a língua nacional, nessa perspectiva, é, como bem exprime Barbosa Filho (2022), entendê-la como objeto histórico de disputa que está ligado aos “mitos que sustentam um discurso sobre essa mesma nação, sobre seu povo, sobre seu passado, presente e futuro.” (Barbosa Filho: 2022, pág. 145), e que refletem a memória de uma nação. Sendo a história, portanto, a testemunha da verdadeira batalha não só em torno da língua, mas pela língua.

A partir disso percebe-se a consolidação da língua portuguesa no Brasil, como efeito de um processo constitutivo e organizado por uma língua dominante, ainda que ela tenha se formado em um contato linguístico desproporcional, à medida em que, de acordo com Castro (1983), habitava na colônia 25% de falantes europeus contra 75% de uma significativa mistura de sujeitos em um determinado contexto histórico. Para firmar-se a ideia de língua nacional, estudiosos brasileiros adotaram como estratégia a organização de aparelhos teóricos que visavam atender tais demandas.

Desse modo, as gramáticas e os dicionários passaram a ser legitimadas como instrumentos institucionais que, para além de legitimar e oficializar uma forma correta de falar e escrever, tinham como objetivo unificar e estabilizar o Estado. Assim, disseminando a história da língua baseada em um desenvolvimento autônomo e na visão discriminatória de uma sociedade inferior.

A ideia de unidade linguística impôs também, segundo Espírito Santo e Barros Santos (2018), uma única forma de se pensar e interpretar a interação entre as pessoas. Ademais, tal proposta foi sistematizada a partir do processo de gramatização, de um projeto de cristianização e de colonização dos povos e desses instrumentos que legitimaram/legitima a língua portuguesa histórica-ideologicamente. Sendo, essas situações as condições que deram “sucesso” à empreitada colonial:

Durante 500 anos, a política do Estado colonial português, do Estado neobrasileiro, do Império e da República foi executar, de Pombal até a Constituição de 1988, uma política que entendia a diversidade linguística como algo ruim e desagregador para a unidade do país. No Brasil, devia ser como em Portugal. (Bessa-Freire. 2008, p. 140).

Orlandi (1994) entende esses fatos como propulsores de um imaginário linguístico que faz parte da definição de ser brasileiro e que nasce com a noção de discurso do mito fundador. Schneiders (2017), explica sobre como a história e a memória afetam e determinam como a língua é significada em diferentes conjunturas sócio-históricas e ideológicas no Brasil a partir dessa ideia. Os discursos que se produzem nesse viés - sobre uma determinada língua e em determinadas condições de produção - colaboram com o modo em que lidamos com a temporalidade e a historicidade. Ademais, deixam evidências de pertencimento sobre o que já existia, à medida que se cria uma nova tradição e se ressignifica a história. Essas questões trazem à luz questionamentos não só sobre a predominância de uma língua sobre as outras, como também a relação da língua enquanto imaginário de nacionalidade e os efeitos de sentidos que surgem a partir do mito fundador e do imaginário ideal de língua nacional que se tem ao formar uma nova identidade linguística.

Tal situação ocorreu no Brasil, uma vez que as políticas linguísticas ligadas aos aparelhos ideológicos do Estado operaram colaborando para a formação de uma memória do português como uma língua hegemônica, construída e falada pelos brasileiros, com o intuito de consolidá-la como língua nacional. Assim, ressignificando a história das línguas nativas que já existiam antes da chegada dos europeus e criando uma nova tradição para as que

chegavam com os cativos trazidos do continente africano. Produzindo, conseqüentemente, efeitos de apagamento a partir do processo de colonização linguística que visava transmutar as identidades socioculturais dos povos originários e dos africanos durante esse período e instaurando-se em processo constitutivo de linguicídio, apropriação e negação das influências e das contribuições dessas línguas como parte dessa história que produziu/produz a memória da língua portuguesa como símbolo da identidade nacional.

O sujeito *brasileiro*, assim, passou a se identificar pelo jogo da falha, do deslocamento, de ilusões e por contradições que se ancoram nesse imaginário de unidade. Com isso, os “indigenismos” e “africanismos” aparecem como diferenças “domesticadas” (Orlandi, 2000) e se organizam em relação a essa unidade determinada, na dominação do conquistador sobre o povo submetido - aqui entra gramatização das línguas europeias - e na diversidade linguística que possui seu destino determinado por instrumentos linguísticos institucionalizados. Logo, apagando outras culturas e falares das línguas locais que já estavam, das que chegavam, categorizando um idioma como único e ressignificando as concepções de língua oficial, língua nacional e língua materna:

Além da inserção de gramáticas latinas e de dicionários portugueses, que serviram de base para a confecção dos instrumentos locais, formas específicas de gramáticas e dicionários, como as elaboradas pelos jesuítas na época colonial, e as que condicionaram a formação da língua nacional na segunda metade do século XIX. (NUNES, 2008, p. 357).

Todo esse processo colabora para a construção de um conhecimento que, Silva e Greff (2016), entendem validar não só uma maior aproximação entre a LP europeia e a LP brasileira, em funcionamento no Brasil pós-colonial, como também vai de encontro com a ordem do imaginário tida como “pura”, livre de “influências”, “mestiçagem” e do mito fundador.

Nunes (2007), explica que os instrumentos linguísticos possuem traços relativamente homogêneos das línguas nacionais. E, ademais, alerta-nos sobre as unidades fundadoras de uma identificação nacional (o monolinguismo) como um projeto de uniformização da política linguística brasileira que propõe um sentido de Brasil e de brasileiro que não atenta à história dos contatos que se inseriram na língua. Entendendo nessa consolidação que, embora algumas análises tradicionais enxerguem essas “influências”, os processos discursivos, exteriorizados por uma definição política ideológica, não identificaram por muitos séculos os indígenas e os africanos nem como estrangeiros e nem como antepassados, negando-os,

assim, uma parte dos brasileiros um lugar na história da nação.

4 Os instrumentos linguísticos de organização/dominação

De acordo com Modesto (2022), os instrumentos linguísticos são tecnologias da colonização que gramatizam a língua, uma vez que a documentam e instrumentalizam-na. Assim, a produção do saber linguístico - das gramáticas e dos dicionários, jogou e joga uma cartada decisiva no processo de identificação do sujeito índio-negro, pois, nelas, esses indivíduos são caracterizados de acordo com um sistema de diferenças linguísticas e sociais. Em vista disso, estes tornam-se, nas palavras do autor, um palco para o estudo das tensões raciais que se estabelecem no Brasil.

Então, partindo do pressuposto de que essas instrumentos servem de dominação, unificação e estabilização do Estado Nacional - principalmente no que se refere a um ambiente de exercício político de línguas, faz-se possível pensar os diferentes processos de apagamento que surgem desses objetos através da sua materialidade discursiva e dos efeitos que produzem sentidos em certas conjunturas, e que estão inscritos nos enunciados que neles estão definidos. Ao selecionar palavras e os modos de dizer de uma sociedade produz-se uma distinção entre o falante - alguém subjetivado no espaço de memória/constituição da língua - e o usuário de um idioma, como se ambos não fossem intrínsecos. Logo, provocando efeitos de sentido que remetem a uma unidade da língua a partir da completude.

Eni Orlandi (2002) explica que nesse processo há um encadeamento intertextual e interdiscursivo na produção de efeitos que nos permite pensar não somente a função de tais utensílios, como também o seu funcionamento em relação ao sujeito, à sociedade, a história e a memória discursiva. Tal aproximação nos permite refletir e analisar as relações de sentidos que se estabelecem na elaboração desses enunciados, a partir das condições sócio-históricas a qual os autores estão inseridos. Desse modo, uma vez que o intertextual/intratextual possui relação com outros textos, assim como o interdiscurso está diretamente ligado a outros discursos, bem como todo dizer remete a outro dizer, baseando-se em um relacionamento histórico e de dimensões políticas de sentidos, torna-se possível situar-nos, por meio da língua em funcionamento, questionar as origens autorais, e compreender as redes de significações que consiste no encontro de uma memória lexicográfica com um espaço de atualidade.

Pensando, portanto, na relação de força e de atribuição a significados históricos e ideológicos definidos nos verbetes e nas formas concretas e determinadas das gramáticas ao se produzir a linguagem. Destaca-se aqui essa ideia de afastamento, e desresponsabilização do sujeito-autor sobre os processos de significação que acontecem sob uma determinada posição

ideológica. Embora não pareça ou se pense sobre, tais determinações produzem e promulgam a ideia de uma língua abstrata que, ainda que seja fluida e imaginária, quando significada nesse entremeio é construída de acordo com deliberados objetivos.

A historicidade desses efeitos mostram que as relações de sentidos que se estabeleceram dessas condições, colonizadoras, apontam para a criação de instrumentos linguísticos que visavam atender diretamente a falsa concepção europeia de integração, organização e domesticação de uma sociedade que era majoritariamente composta por povos considerados “inferiores”. Como resultado disso, as políticas linguísticas brasileiras não enxergaram uma língua como heterogênea, em sua pura diversidade. Pelo contrário, entende-a como homogênea e como herança - restrita - a cultura entendida como "civilizada".

Por consequência, os significados atribuídos nesses objetos aproxima alguns brasileiros de sua pátria, sua língua e sua nação, ao mesmo tempo, em que afasta outros a partir desses mecanismos de definição da língua enquanto discurso gramatical. Assim, pode-se observar diferentes disputas e posições ideológicas dentro do mesmo território. Neste sentido, a língua heterogênea se constitui contra qualquer possibilidade de unidade fundadora de uma identidade nacional, posto que ao compreender que a produção do saber metalinguístico surge dessa tensão entre a posição do colonizador e a do colonizado em um processo que vai da “colonização” à “descolonização” linguística. Cabe-nos considerar tais instrumentalizações, como parte fundamental da reprodução discursiva que projeta - e difunde - o imaginário de língua nacional, estabilizando-a e dotando-a de um instrumento que a simboliza. As formações discursivas, por essa via, constroem uma memória social marcada pela relação entre ciência e Estado, mobilizando um saber da sociedade sobre a língua.

Desse modo, de acordo com Orlandi (1994), pensar a língua nacional por essa perspectiva não é pensar sobre história da gramática ou do dicionário em si, e sim na construção de um imaginário linguístico que faz parte da definição de ser *brasileiro*, e que abre espaço para discutir e analisar as diferentes formas de definições dos aparelhos ideológicos estatais.

A partir disso, os estudos em Análise do Discurso (AD), ajudam-nos a compreender como as gramáticas e os dicionários aparecem e se transformam de acordo com grandes períodos históricos. Logo, tornando-se objetos de suma importância para o funcionamento de políticas linguísticas que até hoje são os pilares de nossos saberes metalinguísticos e também responsáveis por ensinar a declarar “bem” os nossos pensamentos por meio das palavras. Ao tomarmos estes como discursos e reconhecer o seu valor histórico como parte

de nossas relações sociais (Orlandi, 2000). Passamos a compreendê-los para além de sua função normatizadora e de representação concreta da língua, mas também em seus funcionamentos ideológicos e em seus modos de - sujeitos sociais, afetados pelo simbólico e pelo político - produzirem a linguagem.

No que concerne ao Brasil, Nunes (2007), entende que sem os instrumentos linguísticos, talvez, não se formassem espaços relativamente homogêneos das línguas nacionais, com as reduções das diferenças dialetais nos territórios em que eles circulam. Isso porque a língua constituída por tais aparelhos não é a língua fluida e a efetivamente praticada pelos sujeitos, é apenas uma representação da língua; portanto, é uma “língua imaginária” fixada na história e que não é realizada sem posicionamentos ideológicos e posições sustentadas na história das ideias linguísticas. Por isso, a constituição desses sustentam esse efeito de apagamento, correspondem a transposição dos instrumentos europeus e de todo um processo histórico singular que se inicia desde os primeiros contatos linguísticos, na tentativa exacerbada de se controlar e estabilizar o multilinguismo resultante do expressivo convívio entre as línguas indígenas, africanas e europeias.

Posto isso, indagando as evidências das nomenclaturas, das definições produzidas por/para sujeitos, para o comportamento da linguagem e para as práticas das políticas de língua nacional - afetadas pela dispersão real e pela unidade imaginária, tanto do sujeito e da língua, como do Estado. Os sentidos e os conflitos da expansão interna da língua portuguesa nos convoca a buscar os diferentes processos discursivos que convencionaram o entendimento de que brasileiro e língua portuguesa são sinônimos e que levaram a construção dessa memória imaginária desta como símbolo de identidade nacional, a partir do mito fundador e do imaginário ideal de língua nacional que se tem ao se formar uma nova identidade linguística.

Com base nisso, na presença do que existiu, nos efeitos das teorias linguísticas, na observação do esquecimento de certos objetos e da direção que convoca esses instrumentos de análise, busco entender um pouco mais sobre as produções dessas construções que caracterizam palavras e produzem efeitos que corroboram para o discurso de apagamento, de dominação e de segregação. Pensando, analisando e desmontando os mecanismos que constituíram o monolinguismo homogeneizante, para ver o diferente no mesmo e compreender como diferentes línguas se apresentam no Brasil, como fazem fronteiras e como são representadas.

Sabe-se que o português do Brasil é uma derivação secular do português europeu. No entanto, as teorias linguísticas que estudamos hoje espelham certas definições e pensamentos sobre a língua que não atentam para as relações e as dinâmicas semânticas acontecem nessa representação. Essa ausência é sustentada a partir de uma desresponsabilização dos processos de significação - que, por sua vez, advém de posições ideológicas. Pois, abre-se na história da língua um lugar possível para pensar a memória, a cultura triunfante e analisar como o saber linguístico toma partido nas tensões raciais brasileiras.

A língua portuguesa para além de ser idioma nacional carrega em sua memória o símbolo de uma língua civilizada e o esquecimento da exclusão de diferentes povos, portanto, não seria de se estranhar que os instrumentos linguísticos repercutissem tais exclusões. Uma vez que as situações de “irregularidades” que surgem nas lacunas de uma comunicação emergencial são consideradas um equívoco, faz-se possível considerar que a colonização se fez presente para além da invasão e da exploração que nos ensinaram nas escolas, principalmente no que corresponde aos modos de estabilizar um território marcado pela sua imensa extensão e diversidade.

As discussões em torno do saber linguístico compreendem que essas línguas atendem demandas políticas diferentes, tal como ideologias linguísticas diferentes. Por isso, podemos explorar os léxicos “*Africanismo e Aportuguesar*”, conforme sugere Modesto (2022), atentando para o que é dito em um verbete e em outro, descrevendo as diferenças, as repetições, as retomadas, as reformulações. Isso permitirá o rompimento com as perspectivas lexicalistas, e nos ajudará a adotar uma postura de relação de sentido que se dá no interior das paráfrases. Veremos mais sobre isso na seção a seguir, onde me disponho a analisar os verbetes mencionados acima, definidos em diferentes períodos históricos.

4.1 Os dicionários

De acordo com Orlandi (2000), o dicionário se organiza ideologicamente e de uma determinada maneira. Desse modo, há uma estrutura, uma indicação de categoria, de pronúncia, de escrita e de sentidos organizados com base em um conhecimento linguístico particular e que, na maioria das vezes, não são levados em consideração ao tomarmos esse objeto como fonte para a busca de informações e de dúvidas:

a partir de como os sentidos das palavras estão em processo, ou de como elas se distribuem, significando diferentemente, de acordo com as diferentes formações

discursivas, que correspondem a diferentes posições do sujeito ante a ideologia. (ORLANDI, 2000, p. 101).

Portanto, não se ensina o dicionário, o dicionário é quem ensina os sujeitos leitores, visto que as significações ali presentes são feitas por sujeitos eruditos e estudiosos da língua, o que as torna pouco questionáveis. Para a autora, o dicionário silencia que não há palavras sem sentido e sentido sem ideologia. Assim, uma vez em que se entende que “o saber, a língua e o saber sobre a língua caminham com seus processos ideológicos” (Orlandi, 2000, p. 101), faz-se possível um olhar mais atento a esses processos de significações e sentidos que deixam de significar e são silenciados em nossa memória. Para possibilitar o deslocamento desses efeitos, é preciso ter acesso às maneiras como se constrói esse imaginário, pensar novas formas de estudos para esses instrumentos e levar em consideração a língua e seus distintos modos de produção dos conhecimentos sobre ela.

Ao selecionar as palavras e os modos de dizer de uma sociedade, o dicionário se torna um dos materiais mais relevantes para o conhecimentos que circulam sobre uma determinada língua. Visto que estes colaboram para a reprodução da política linguística do Estado - que, como visto anteriormente, sempre foi a de reduzir o maior número de línguas - através do deslocamento linguístico e de sua substituição pela língua portuguesa.

Dessa maneira, ao entender os dicionários como um instrumento pensado de um sujeito para o outro, passamos a compreender também o papel do sujeito lexicológico, cuja responsabilidade é identificar e descrever unidades lexicais a partir de um saber especulativo, e do sujeito lexicográfico, cuja tarefa é desenvolver métodos e técnicas para produzir este instrumento desde um saber prático.

Nunes (2010), explica que ao identificarmos o dicionário como um discurso sobre a língua/palavras, entendemos também a sua condição de produção de conhecimento desde determinadas conjunturas. Conjunturas essas em que as práticas cientistas se defrontam com a escuta dos saberes e dos manuseios da sociedade, e deixa a mostra o ponto de vista do sujeito, da história do sujeito e dos instrumentos linguísticos utilizados para determinada expressão. De maneira que, este - que não está nas ciências dominantes, mas sim inscrito na manutenção de uma “nova” sociedade - produz um domínio da língua, da enunciação e da descrição de um certo modo de dizer com o intuito de organizar a língua do dicionário na sociedade e na história. Por esse motivo, o autor classifica os enunciados discursivos como contraditórios, constituídos historicamente e compreendidos frente aos processos históricos que constituem os sentidos atribuídos às definições dos dicionários. Isso, conseqüentemente,

torna as produções por meio dos dicionários transparentes e carregados de significados segundo as posições sustentadas pelos sujeitos. Por isso, tal objeto, além de social, histórico e ideológico, é produzido e pensado para mover o léxico, a partir do interdiscurso e dos processos históricos de sua produção.

A posição do sujeito lexicográfico, portanto, constrói uma concepção significativa da língua sustentada ou pressuposta devida às condições sócio-históricas. No entanto, a propriedade diferencial e relacional da língua está em funcionamento autônomo e a sua ligação com a história, que determina ponto de abertura, falha na estruturação e reestruturação linguística. Ademais, o funcionamento linguístico se estabelece de forma social, ainda que a língua, com a história dos sentidos que ela circula e da constante transformação afetada diretamente pelo discurso que nove suas historicidades, faça com que os processos de constituição das relações na análise de campo possam ser observadas de diferentes modos em outros campos. Neste sentido, a historicidade passa a ser constitutiva da espessura semântica da linguagem, ou seja, constituída na própria tessitura da materialidade linguística.

Por isso, Dias (2018), explica que ao pensar um fato de linguagem na sua historicidade, não estamos situando-nos no tempo da enunciação, nem concebendo esse fato como um reflexo do uso pragmático da linguagem. Mas, considerando-a enquanto representação de um lugar de entrada na memória da linguagem, da sua sistematicidade e seu modo de funcionamento. Sendo assim, as transformações que passam pelos dicionários brasileiros têm a ver com o real das alteridades sociais que demarcam fronteiras. Nesse sentido, o sujeito lexicólogo traz critérios de delimitação nas composições lexicais e coloca em prática certos procedimentos de identificação. Logo, tomando posição diante da relação entre a língua e a sua exterioridade. Posições essas formadas por relações de aliança, contradição, oposição, silenciamento, de espaços de continuidade, deslocamento e ruptura da memória.

Considerando, portanto, a relação do sujeito e do dicionário com a história para este estudo discursivo, entende-se que a lexicografia discursiva percebe-os como um processo de produção de uma determinada rede de memória. Criando, assim, a ilusão de que este é neutro e de que é possível dominar a língua. Além disso, os efeitos de completude difundem as palavras definidas como se não houvesse outras produções de sentidos possíveis nela. Representando a língua imaginária como um instrumento domesticável, homogêneo, perfeito, completo e sem falhas, como se não houvesse um sujeito-autor possuindo uma relação com a

língua e com a produção do saber metalinguístico inserido nesse campo de significação, definindo, atribuindo e circulando as significações atribuídas aos verbetes classificados.

Pensando na instauração desses instrumentos no Brasil, Nunes (2008), explica que não se pode pensar a história dos dicionários no Brasil sem considerar a passagem da lexicografia portuguesa à lexicografia brasileira, pois os primeiros instrumentos parciais que estiveram em circulação serviam de complemento aos dicionários portugueses:

Para se compreender o longo processo que resultou nessas obras, convém levar em consideração o acúmulo de textos lexicográficos que se estendem desde os dicionários bilíngües (português-tupi/tupi-português) da época colonial e imperial, passando pelos dicionários parciais já mencionados do século XIX, assim como pela assimilação dos dicionários portugueses em circulação no Brasil. (NUNES, 2008. p. 354).

Em vista disso, essas obras, desde o início, projetavam um imaginário de unidade e de completude. Assim, não complementando ou acrescentando elementos aos dicionários portugueses, mas funcionando como uma representação de totalidade da língua praticada no Brasil:

De início tratou-se de se levar em consideração as camadas populares, seja de modo a incorporá-la ou a distingui-la de uma elite letrada. Depois, a emergência de uma classe trabalhadora nos centros urbanos, de uma classe média composta de funcionários públicos e profissionais liberais, deixou seus traços na produção lexicográfica. Se, em finais do século XIX, a reivindicação da língua nacional passou pelo reconhecimento das falas do “povo”, os dicionários daí resultantes limitaram-se a complementar os dicionários portugueses, com uma diferenciação entre a “língua portuguesa” e a “língua brasileira”. No século XX, a alteridade não se mantém mais separada, ela se mostra no interior mesmo dos dicionários gerais ou na divisão entre tipos de dicionários: o erudito, o popular, o escolar, etc. (NUNES, 2008, p. 359)

Desse jeito, entendendo os dicionários monolíngües brasileiros como permeadores da singularidade em um país de colonização, onde carregam em suas composições entrecruzamentos, continuidades, descontinuidades, concomitâncias e defasagens sobre a língua brasileira. Compreendemos, também, a posição discursiva do sujeito lexicográfico que, por trás das definições dos verbetes que (des)aparece a partir de suas escolhas lexicais e em como essas escolhas “afetam a formulação dos dicionários e sua relação com a sociedade e a língua nacional”. (Nunes, 2008, p. 359), revisitando a formação de diferentes formas de diferentes representações da língua e sociedade em diferentes posições ideológicas.

A vista disso, considerando os dicionários, pela perspectiva da análise de discurso e da

História das Ideias Linguísticas, esse espaço certo e seguro dessas coisas, o qual não se há o que interpretar, nem duvidar. Onde, conforme aponta Silva (1996), as coisas são o que são, porque são, em um mundo construído pela ciência da linguagem com a própria linguagem.

Nesse quesito, é importante também apontar para o fato de a sociedade aceitar, sem discutir, que o português é a língua do Brasil, isso torna-se fundamental para obter o consenso da maioria e para a construção de políticas de repressão às línguas que aqui estiveram em contato. Dessa maneira, se os dicionários representam a ideia de uma língua, um território e uma comunidade de fala - e os usuários se identificam com o efeito ideológico produzido por esse discurso - Orlandi (2002), acredita somente um trabalho discursivo sobre sua constituição pode nos situar ideologicamente em relação a esses efeitos produzidos. Por isso, faz-se neste trabalho uma mudança na forma de uso dessa ferramenta que, de maneira geral, é utilizada de maneira hermenêutica e como consulta em caso de dúvida para um saber “concreto” sobre algo, e passa-se a pensar nas lacunas e no que nela está em falta.

4.2 Os verbetes

Considerando que o uso do dicionário acontece sobre o efeito do pré-construído, como um lembrete de uma realidade já estabelecida, certa, destinada a um setor da realidade e para um público leitor e em certas condições sociais e históricas. Devemos, então, lembrar que “as palavras não são neutras, que a linguagem não é facilmente domesticável e que além de não termos controle sobre os sentidos que nos afetam e se representam de muitas maneiras” (Orlandi, 2002, p. 111), considerar que este instrumento não permite que as palavras sejam tomadas como abstratas e perceber as definições atribuídas ali como resultantes de relações polêmicas e contraditórias, sociais e históricas.

Assim, é possível entender que ao selecionar as palavras e produzir um discurso sobre elas, produz-se necessariamente o silenciamento de outros discursos, criando assim um silêncio constitutivo, o sujeito lexicográfico, portanto, nessa posição silenciando vozes e apagando identidades. Para sair disso, Nunes (2010), explica que é preciso identificar os léxicos, analisar as posições de direção e questionar os exemplos que estão inscritos nesses documentos.

Desse modo, entendendo o dicionário como detentor de um saber específico, torna-se ele um dos tantos outros instrumentos responsáveis por estabilizar a língua e ajudar na construção dessa memória fundadora (imaginária) da língua portuguesa como parte

fundamental da identidade nacional e dos efeitos de apagamento produzido por tais discursos.

Fundamentada nisso, busquei analisar os verbetes “*Africanismo e Aportuguezar*” retirados do dicionário *Thesouro da Língua Portuguesa* de 1871, de Frei Domingos Vieira, as seguintes definições atribuídas ao verbete Africanismo:

SD1: AFRICANISMO, s. m. O vício de pronuncia, que se adquire pela permanencia em Africa ; expressão barbara ; modo de fallar da gente africana . = Recolhido pela primeira voz por Moraes.

—Este vicio encontra-se principalmente nos escriptores latinos que nasceram em Africa; nas Obras de Santo Agostinho¹ abundam os africanismos.

Já no primeiro excerto é possível completar algumas lacunas e fazer algumas ponderações aos sentidos atribuídos a este termo, a partir da memória discursiva do não-dito. Africanismo, s. m., começa, então, a ser definido como um vício de pronúncia que se adquire pela permanência na África, recolhido pela primeira vez por Moraes. Em seguida, o sujeito adiciona a informação que essa também é uma expressão bárbara e o modo de falar de gente africana, deixando sem qualquer outra definição, mas nos permitindo enxergar que há uma diferença significativa entre “*vício*” e “*expressão barbara*” e que as mesmas são responsáveis por caracterizar sujeitos completamente diferentes.

Africanismo como um “*vício de pronúncia*” na linguagem nos permite um entendimento de que essa também pode ser uma característica de um estrangeiro/viajante que esteve, temporariamente ou não, na África, mas que não é natural. Quando ressignificado pela *expressão “barbara”*, faz-se uma referência *ao modo de falar de gente africana*, o que se afasta e se diferencia totalmente do primeiro sentido tratado como *vícios* ou “*desvio de fala*”. Além disso, deixa destacado que isso acontece também com escritores latinos que nasceram na África, trazendo Santo Agostinho como referência na utilização dos *vícios* em suas obras. Ainda, é utilizado o advérbio de modo: *principalmente*, que poderia ser parafraseando por *somente*, para reforçar a ideia de que isso acontece especificamente com esses escritores latinos. Abrindo espaço para um entendimento de que os escravizados não utilizam vícios, utilizam expressão bárbara, ainda que sejam africanos e que quem utiliza africanismos, definidos como vícios, são escritores latinos e que, além disso, os usuários da língua portuguesa não utilizam e nem devem utilizar africanismos em

¹ Santo Agostinho, bispo cristão e teólogo. Nasceu na região norte da África em 354 e morreu em 430.

suas falas, porque essa definição ainda se remete exclusivamente aquilo que portugueses não possuem: permanência/nascimento em África.

Outro fator importante a ponderar é que quando o autor se refere ao vício como forma de falar de “gente africana”, utiliza uma significação redundante, não considerando os diversos idiomas e etnias que chegaram com os escravizados no século XVIII, durante o período de tráfico transatlântico. Assim, classifica-os todos como um mesmo povo e excluindo qualquer possibilidade de pessoas que frequentam outros espaços utilizar africanismos em suas falas, de reconhecer este como identidade (singular) dos povos africanos e de perceber a influência deste como parte fundamental na construção das sociedades atuais da época.

Por ser este um verbete um pouco mais difícil de encontrar nos dicionários do século XIX, a **SD2** foi extraída do dicionário do Google, onde é possível repensar, comparar e fazer contrapontos com os “novos” significados atribuídos a este mesmo verbete, agora, no século XXI. A partir disso, o verbete *africanismo* vem carregado das seguintes definições:

SD 2: AFRICANISMO[africanismo] NOUN

1. qualidade peculiar, individualizadora, do que ou de quem é africano; africanidade
2. sentimento de afinidade ou de amor pela África ou pelos assuntos e ideais pró-africanos; africanidade sentimento de afinidade ou amor pela África negra e seus problemas; africanidade.
3. conjunto de estudos referentes à África e/ou aos africanos; africanologia
4. influência exercida pelos africanos, negros ou não, na cultura dos povos dos demais continentes
5. *linguística*
palavra, construção ou expressão tomada de empréstimo de qualquer das línguas africanas
6. *linguística*
qualquer fato de linguagem (fonético, mórfico, sintático, lexical) privativo do português de alguma das ex-colônias portuguesas na África, em contraste com o de Portugal ou do Brasil
 - os fatos lexicais distintivos das variedades do português faladas em países da África, não us. em Portugal ou no Brasil.

Na primeira definição, é possível entender que Africanismo, que antes vinha sendo definido como *vício* ou *expressão barbara*, agora vem sendo ressignificado de diversas formas diferentes, como na primeira definição: *qualidade peculiar*, individualizadora, do que ou de quem é africano; *africanidade*. E, ainda que estas pareçam definições “melhoradas” da anterior, é possível, todavia, perceber os traços de apagamento pelo não-dito e não reconhecimento deste como um dos principais pilares na construção do português brasileiro como identidade nacional. Além do estereótipo do continente africano

e seus descendentes, marca-se que a *qualidade peculiar e individualizadora* do que ou de quem é africano está definida por um imaginário de que quem é brasileiro não utiliza ou não possui esses traços. De tal modo que peculiar, assim como pode ser entendido como algo que é próprio de uma pessoa ou coisa, também possui o sentido de algo depreciativo, podendo ser entendido também como um sinônimo de estranho, esquisito ou vulgar.

Na segunda definição, o sentimento de *afinidade*, que possui uma relação de sinonímia com o de *pena* (não-dito) dos brasileiros para com os africanos, vem fazendo um contraste com a definição de *afinidade e amor pela África negra e seus problemas ou pelos assuntos e ideais a favor da africanidade*. Trazendo não o aspecto da língua ou da cultura presente na sociedade brasileira, mas sim um sentimento de lástima e um apagamento na identidade, ressignificado pelo afastamento de um “nós e eles”, estereotipado pela África negra e seus problemas. Já na quinta definição, e uma das mais significativas, a meu ver, entende-se africanidade como uma palavra, construção ou expressão tomada de empréstimo, permitindo uma produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de apropriação de qualquer das línguas africanas. Dando-nos o entendimento de que se existe alguma influência das línguas africanas construídas no português, foi um empréstimo, algo passivo. Logo, permitido, e não um apagamento massivo a partir da violência contra esses povos e suas identidades.

A sexta definição fica restrita somente aos fatos lexicais marcados sobre o português de alguma das ex-colônias portuguesas na África e limita-os apenas como traços únicos possuidores de fato de linguagem (fonético, mórfico, sintático, lexical) das línguas africanas. Assim, vem encarregada de apagar por completo toda e qualquer possibilidade de línguas portuguesas (PB) possuírem influências de línguas africanas. Além disso, explica o português dessas regiões como um contraste em relação ao português de Portugal e do Brasil, diferenciando-os completamente. Sendo essa uma das únicas definições que reconhece, minimamente, a presença de línguas africanas no português que não é brasileiro, e causa uma diferença não só da língua portuguesa em relação com as línguas africanas, mas também uma relação de sinonímia da língua portuguesa com a nacionalidade portuguesa.

Em contrapartida, quando buscamos os efeitos de sentido produzidos a partir das definições do verbete "aportuguesar", no dicionário de 1871, nos deparamos com a seguinte definição:

SD 3: APORTUGUEZAR, v. a. (De portuguez , com o prefixo «a» da índole da lingua, e a terminação verbal «ar».) Tornar portuguez ; admitir na lingua portugueza ; verter em idioma portuguez . Diz-se da palavra estrangeira que recebeu modificações phoneticas e morphologicas, para se accommodar á índole da lingua portugueza. — «Assi mesmo nas (palavras) que tomámos, e accommodámos á nossa lingua aportuguezando-as, etc.» Bento Pereira, Orthographia , Reg. 33.

Aportuguezar está significado pela permissão para tornar português, admitir e verter na língua portuguesa. Sendo exemplificado direta e unicamente por palavras estrangeiras que receberam modificações fonéticas e morfológicas para se acomodar (ser aceita) à índole da língua portuguesa. São aqueles cuja relação com a palavra índole, faz com que se sinta o privilégio de ser aceito e reconhecido como parte da língua portuguesa. Privilégio esse que não é para todas as palavras ou para qualquer pessoa, somente para palavras e pessoas estrangeiras. Estrangeiros são aqueles cujo escravizados não são, já que, retomando novamente Barbosa Filho e Vicente (2022), os africanos libertos não eram nem cidadãos, nem estrangeiros e por isso estavam sujeitos às mais diversas arbitrariedades. Além disso, no excerto “que tomámos, e accommodámos á nossa lingua aportuguezando-as”, podemos ler uma relação de posse com o pronome possessivo “nossa” referindo-se à língua portuguesa como daqueles onde há o privilégio de se reconhecer, ser reconhecido e ainda poder acomodar/aportuguesar outros idiomas.

Na SD4, também retirada do dicionário do Google, Aportuguesar agora está definido, como:

SD 4: Aportuguesar [aportuguesar] VERB

1. tornar português; tornar semelhante (em termos estruturais, fonéticos, morfológicos etc.) à língua portuguesa
"aportuguesar sobrenomes" · "aportuguesar palavras estrangeiras"
2. dar ou adquirir feição, sotaque, modos ou costumes portugueses "os ares lisboetas aportuguesaram-no" · "aportuguesou-se, depois de tantos anos em Portugal"

Na primeira definição, tornar português está relacionado estritamente à estrutura das palavras, sendo elas: fonéticas, morfológicas, etc. Deste modo, o sujeito lexicógrafo exemplifica com sobrenomes e palavras estrangeiras que são do idioma português. No segundo momento, aportuguesar está significado pelo sotaque, modos e costumes do português de Portugal, afastando-se completamente das definições de português brasileiro, mostrando, novamente, que há uma relação de sinonímia entre o português e a língua portuguesa, como se os dois que são tão diferentes, uma vez que um se trata da nacionalidade

e o outro do idioma local, fossem o mesmo.

Estas definições estão inscritas, novamente, pela relação de apagamento do não-dito, pois reconhece que existe essa relação de poder entre o idioma e a nacionalidade, já que não reconhece diversas palavras, cujas derivações foram aportuguesadas dos idiomas africanos e que, na maioria das vezes, não nos atentamos. Exemplificar o aportuguesamento como se acontecesse somente com palavras estrangeiras traz um entendimento de que só acontece/aconteceu com palavras derivadas do inglês, a língua de maior prestígio da atualidade. Uma vez que os escravizados não faziam parte da pátria, apaga-se significativamente e reforça as não contribuições das línguas africanas na formação do português brasileiro ainda na atualidade.

Isso explica o porquê as definições primeiro retomam o que não é a língua brasileira, aquela que possui africanismos. Depois caracteriza o que é *aportuguesar*, tudo aquilo que não engloba os africanismos. Deste modo, temos um brasileiro como uma região distante do debate social e, também, distante da realidade que o circunda. Conforme explica Nunes (2007), desde os jesuítas não podemos pensar em língua sem pensar em política. Com isso, as unidades fundadoras de uma identificação nacional (o monolinguismo) são um projeto de uniformização da política linguística brasileira, que propõe um sentido de Brasil e de brasileiro que não atenta à história dos contatos que se inseriram na língua.

No final do século XIX, buscava-se implementar um novo ordenamento político-social baseado nas leis escritas com a necessidade de acelerar a vida e a consistência ao processo de uma nação e uma identidade nacional única e indivisa. A vista disso, uma comunicação transparente/unívoca e a constituição de uma língua onde as diferenças sociais, raciais e linguística se diluem e se apagam era o desejo político do Estado. Assim, discursos se consolidaram contra o outro e contra a presença do outro, fazendo valer a negação, a exclusão, a homogeneização e o apagamento de sujeitos, histórias e memórias.

Com isso, entende-se que a língua nacional torna-se responsável por caracterizar uma identidade, determinar uma cultura e apagar outra devido ao não reconhecimento dos "africanismos", como parte da construção da cultura brasileira, mas sim como transmissão de língua irregular. Ao analisar o debate sociolinguístico em torno do conceito de transmissão linguística irregular, Modesto (2015), ressalta que negar esses fatos seria mais uma das tantas contribuições para o apagamento da história das línguas africanas. Ainda explica que a transmissão linguística irregular, de clara conotação negativa, é um processo atestado em larga escala na história humana, e costuma acontecer com qualquer movimento

populacional ou de conquista significativa. Além disso, o termo "irregular", dá a impressão falsa de se tratar de um fenômeno anormal, errático, imprevisível.

Considerando os instrumentos linguísticos como colaboradores desse processo de exclusão, apagamento e “definidor” de um conceito de língua que estrutura todos os segmentos da língua imaginária, passa a ser sustentada pela convicção de que os dicionários e as gramáticas detêm as verdades das palavras e, ao estancar os processos de polissemia, deixa desconfiar da evidência de que o Brasil fala português e que somente o português determina a identidade nacional da nação.

4.3 As gramáticas

Pensando na visão crítica entre o social e o linguístico, e considerando as gramáticas, tal qual os dicionários, ocupantes de um espaço relevante, na prática, social. Cabe-nos considerar que a história de seu surgimento desenvolveu e consolidou o que hoje conhecemos como a semântica no Brasil. Assim, ao tomarmos este instrumento como determinante de regras, no que se refere ao conhecimento normativo sobre a língua, faz-se preciso voltar um pouco no tempo e repensar as relações de sentidos que se estabeleceram a partir dessa história que Orlandi (2002) explica iniciar-se com a tensão entre os escritores que defendiam a autonomia da língua brasileira, propugnando-a por uma língua nossa, e os gramáticos e eruditos que consideravam que só se podia falar uma única língua: a língua portuguesa. O restante, portanto, não era nada mais que *brasileirismos*, *tupinismos* e vícios de fala ao lado da língua verdadeira e civilizada.

Tais inquietações resultaram em formações discursivas que, segundo a autora, apontavam para a) os que propugnavam por uma língua brasileira; b) aos que se alinhavam do lado de uma língua (padrão) portuguesa e c) ao jurídico, que, professando a lei, decidiu por legitimar a língua portuguesa instaurando, em termos de uma língua imaginária, a língua padrão que prevalece até hoje, embora esta, todavia se encore no português de Portugal, apagando e silenciando o que é verdadeiramente “nosso”: a língua brasileira.

Com isso, o percurso da gramatização brasileira inicia-se de fato ainda no século XIX, com o outorgamento de D. Pedro de 1823, que decidia que a língua falada no Brasil, era a língua portuguesa. Em seguida, em 1826, José Clemente, conforme mencionado antes, apresenta ao parlamento brasileiro um documento pelo qual se reivindica que os diplomas de médicos fossem redigidos em "linguagem brasileira". Logo, em 1827, aprova-se a lei, a qual estabelece a obrigatoriedade de se ensinar a gramática da língua nacional nas escolas.

A língua, desse modo, passou a ser nomeada estrategicamente língua nacional, conforme explica Orlandi (2002):

Ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português. Nesse momento, o da irrupção da República, não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe. A gramática, dessa perspectiva, é o lugar em que se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade” (SILVA, 2003, p. 200 *apud* ORLANDI, 2002, p. 157)

As gramáticas brasileiras de língua portuguesa, portanto, foram constituídas historicamente como um lugar de coerção do sujeito, determinando, assim, formas de assujeitamento. Com isso, nasceram filiações que indicaram movimentos teóricos, filosóficos e ideológicos a partir dos diferentes embates que se estabelecem com a história do saber metalinguístico e que determinaram a língua portuguesa como símbolo da identidade nacional. Tais movimentos implicaram na adoção de procedimentos específicos, mostrando uma forma particular de circulação e de autoria inscritas em um determinado contexto social e que hoje nos permitem a compreensão de algumas formas de se organizar e estabilizar a sociedade e que ainda se permeia na atualidade.

Na história da língua no Brasil, ressoa fortemente um discurso produzido pelo colonizador sobre o brasileiro, considerando que “o brasileiro, para significar, têm como memória (domínio do saber) o já-dito europeu. Essa é a ‘heterogeneidade’ que o pega desde a origem. A sua fala é falada pela memória do outro (europeu)” (COSTA, 2012, p. 109-110 *apud* ORLANDI, 1990, p. 51).

Assim, ao estabelecer-se a ruptura com a filiação portuguesa, os gramáticos brasileiros passaram a assegurar a identidade linguística nacional, afirmando a sua identidade de cidadão na sociedade brasileira e tomando posição no movimento social e na construção do Estado. Entretanto, é justamente nesse cenário em que se percebe a relação do homem com a linguagem em forma de instrumentos normativos (gramáticas) e, logo, onde se encontra a contradição discursiva desses instrumentos. Nessa perspectiva, a gramática tornou-se o lugar onde se instituiu a visibilidade de um saber legítimo para a sociedade (Silva, 2003 *apud* Orlandi, 2002, p. 200). Culminando os modos de dizer que constituem seus enunciados de forma estável, estruturando sua escrita em torno de um espaço discursivo semanticamente estabilizado.

Ao identificarmos quais são e como foram compostas as gramáticas da língua portuguesa ao longo da história, percebe-se a tensão, já antes mencionada, entre unidade e

diversidade da língua, significando o que Silva (2003) explica ser a língua nacional e organizando o imaginário de uma identidade (brasileira) construída através da língua. Esses processos estruturais das condições de produção contribuem para a eficácia (ideológica) de seu funcionamento, configurando o que Agustini (2003) entende configurar para o locutor e o destinatário do discurso da gramática uma língua (aparentemente) homogênea e coerente.

Contudo, esse imaginário de completude abre espaço para um lugar de certeza e estancamento de dúvida sobre os próprios enunciados que constituem as gramáticas brasileiras. Visto que a textualidade da gramática produz a imagem de que, subjaz à sua estrutura, perguntas e respostas, colocando o destinatário no lugar daquele que faz as perguntas, o que projeta no imaginário a imagem de que o gramático responde a essas questões. A formulação singular que assegura um efeito de completude e de evidência, conforme explica Costa (2012) produz um efeito de que o sujeito está fora da língua e que sua definição é indiferente à história e à interpretação. Desse modo, permitindo a simulação de que o sujeito tem o controle sobre suas palavras e constituindo um espaço discursivo que parece semanticamente estabilizado.

Por isso, “o gramático, ao definir, interdita a interpretação, enquanto determina o que deve ser entendido (que o sentido é esse e não outro, não há o que ser questionado, a ambiguidade e o equívoco estão em outro lugar, para além dos limites da gramática).” (Costa, 2002, p. 112). No entanto, essa distribuição desigual da língua entre os falantes é, ainda, sustentada sobre a dicotomia certo e errado, fato que aprofunda as diferenças entre classes. Consequentemente, exclui socialmente aqueles que não dominam a língua imaginária.

Assim sendo, levando em consideração a história da língua - construída em um país colonizado - é que proponho essa reflexão sobre o imaginário de unidade da língua que trabalha para que as outras línguas sejam silenciadas e para que a língua do colonizador seja fortificada como patrimônio da nação. Nesse sentido, o sujeito, sustentado pela concepção de língua homogênea, é atravessado pelo discurso do colonizador que - se significa ao designar a língua que fala - produz, ilusões que regulam como o sujeito vê o mundo e como ele o interpreta.

Tal efeito se contradiz à medida que analisamos as SDs no capítulo anterior, pois, ao atentarmos para as formas como a morfologia define os significados dos sufixos, por exemplo, percebe-se que estes se apresentam pela regra geral como a disposição de um radical, onde, ao acrescentá-los, emprestando-lhe seu sentido geral, cria-se a formação de novas palavras por derivação sufixal, como um processo mecânico.

Contudo, a partir dos verbetes analisados na seção anterior é possível pensar que há, nessa relação, uma discrepância entre o que está definido e o que (realmente) está significado, porque ao observar o processo de formação de palavras nos discurso entendemos que quando *-ismo*, sucede a um radical ligado a povo/nação/país, as contribuições normativas apontam para a utilização de uma estratégia discursiva a partir do formal na língua (a derivação sufixal), assumindo uma determinada conotação na significação das palavras.

De acordo com Centurion (2009), os sufixos funcionam como modalizadores *autonímicos* derrisórios, isto é, possuem significado independente, sendo postos, muitas vezes, como adjetivos. Por isso, ao pensarmos nos sufixos presentes nas gramáticas normativas, devemos nos atentarmos ao fato de que a língua, neste instrumento linguístico, é apresentada como definitiva e não-variável. Sendo assim, percebe-se que sufixos empregados neste contexto, em confronto com outros efeitos de sentido, formam novas palavras, diferentes daqueles que as regras determinam. É possível notar isso no verbe *Africanismo*, uma vez que gramaticalmente ele deveria significar uma coisa, mas discursivamente significa outra. Aqui podemos distinguir o significado (linguístico, gramatical) do sentido (discursivo, ideológico).

Esse trabalho interpretativo leva em conta a função ideológica, que prendem os dizeres no jogo dispersante das não-coincidências, de modo em que se manifesta na superfície do dizer, não intencional do sujeito enunciador, mas constitutiva no discurso, assim “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (Orlandi, 1999, p.35).

Se de um lado o discurso da identidade nacional brasileira está, segundo Sousa (2010), marcado pelas relações simbólicas entre um Brasil "culto" e um Brasil “popular”, de outro, percebe-se que há um discurso naturalista sobre a língua sustentado pela visão oitocentista, por um percurso orgânico de nascimento, apogeu e pela decadência de outras línguas. Assim, os efeitos políticos durante esses processos de significação produzem sentidos para uma língua nacional que - em um contexto de contato entre culturas americanas e europeias, nos instiga a refletir sobre como a linguística sustenta o que é sufixo, por exemplo, embora a gramática os defina, ao ser significada,

Entende-se pela análise feita que as palavras remanescentes das várias línguas africanas trazidas pelos escravizados no período colonial são consideradas “*africanismos*”, tal como as de origem indígena são nomeadas como “*tupinismos*”. Essas definições se apresentam em um discurso do saber sobre a língua via memória de empréstimos, influências,

interferências, da ordem do outro, do exótico, do não-pertencente, ainda que presentes na língua portuguesa. Tal fator aponta sobre o funcionamento discursivo desses sufixos que marcam a heterogeneidade constitutiva do sentido, situado em condições históricas e determinados por sujeitos afetados ideologicamente. Dessa maneira, alertamo-nos as escolhas lexicais, responsáveis por criar palavras novas ou ressignificar palavras existentes, para os sentidos produzidos por formações novas e ressignificações de palavras com os sufixos *-ismo*.

Pensando, então, as gramáticas como elemento de suma importância no processo de constituição das nações e como símbolo de “representação” da identidade brasileira, Silva e Greff (2016) em sua reflexão acerca da noção de “*brasileirismo*” atentam para a produção de sentidos configurada por essa construção sintática própria do Brasil/brasileiro em um processo de descolonização linguística. Os *brasileirismos*, de acordo com as definições trazidas, são diferenciados pela sua categorização, separados por uma indicação de não-pertencimento e restabelecem um movimento para fora que dissocia a LP do Brasil da LP de Portugal e toma a posição do sujeito produtor do discurso sobre a língua, uma vez que afastam as línguas que possuem o mesmo nome, mas que funcionam com diferentes atravessamentos. A partir disso, as autoras explicam que o verbete pode indicar tanto uma valorização do local, como um afastamento da língua do colonizador, remontando um traço de uma identidade imaginária de um sujeito brasileiro.

Essa prática linguística orienta o sujeito a pensar em uma língua brasileira que não é feita de “variações”, mas de mudanças, rupturas e diferenças que “não existe” porque “não conta com existência oficial, documentada, instrumentalizada e institucionalizada.” (Silva e Greff, 2016, pág. 102). Assim,

há uma língua brasileira em circulação, ainda que não a concedamos esse nome e que nossos instrumentos não façam jus a sua existência. É nessa língua, brasileira, que nossas palavras não são “outras”, não são modismos, idiotismos que corrompem uma língua pura, civilizada, do dominador (SILVA e BOEZZIO, 2016, p. 102).

Desse modo, a gramática se constitui como o lugar da certeza e da verdade do saber sobre a língua, onde o sentido é vigiado para não haver a possibilidade de poder ser outro. (Costa, 2012, pág.113) Por isso, pensar a estabilização da língua nacional, sobre essas ferramentas, é também fortalecer o ideal de Nação e de unidade conquistada via articulações políticas arbitrarias do dominador e através do político inerente à língua e da língua em exercício de política “que não só ignoraram a pluralidade de línguas que fluíam e fluem no

território dominado, como também as silenciaram e extinguiram, implicando em silenciamento de memória, de cultura e de sujeitos.” (Silva e Greff, 2016, pág.106).

Considerações finais

De acordo com Orlandi (2007), não é possível pensar em uma língua homogênea, já que essa se constitui em regiões cuja estabilidade é desigual. Em vista disso, essa relação entre língua, os processos identitários e a nacionalidade torna-se algo complexo porque não acontecem de maneira direta, automática ou evidente. A história da escola no Brasil faz parte de uma colonização enraizada que, por muito tempo, decidiu a quem era destinado o direito (ou não) à educação, delimitando-a somente à classe alta, a qual o ensino da língua portuguesa servia mais como aprimoramento da norma padrão e era (é) reforçado transversalmente pelas instrumentos linguísticos que viabilizam essas propostas. Ao realizar este estudo, pôde-se observar que as diversidades culturais da língua portuguesa falada no Brasil, quando não reconhecidas como formas irregulares, são percebidas como um conjunto homogêneo, passível de ser estratificado em dialetos, variedades e correspondendo uma hierarquia linguística. Inclusive, Espírito Santo e Barros Santos (2018) chamam a atenção também para o fato da “fetichização” de um dialeto de prestígio, tido como culto e falado por brancos com elevado grau de escolaridade de seus falantes, e para um dialeto popular, tido como iletrado e falado pelos não brancos que, muitas vezes, é reconhecido somente pela transmissão linguística irregular.

Por isso, o processo de invenção das línguas torna-se um processo de invenção, hierarquização e exaltação de identidades sociolinguísticas específicas. Tendo em vista que a ideia de falantes de língua portuguesa está, segundo os autores, “fincada na figura daqueles que se aproximam do “sistema linguístico” europeu que traduziria a primazia da tradição escrita e gramatical, relegando a níveis de “iletrados” ou “populares”, os falantes de uma “variedade” ou “dialeto” que não seguem as regras gramaticais dessa “língua” (Espírito Santo e Barros Santos. 2018, pág. 155). Assim sendo, falar do processo de invenção das línguas é também falar sobre processo de invenção de um grupo e sobre o apagamento de identidades.

No século XX, com a democratização das escolas, surgiram novas condições sociopolíticas que reformularam os parâmetros linguísticos, levando a didatização dos conteúdos a serem ensinados. A vista disso, os estudos e trabalhos acadêmicos aplicados ao ensino da língua passaram a entender a necessidade de se reformular os métodos conteudistas, com uma nova visão de ensino de gramática e texto aos estudantes. No entanto, os levantamentos até aqui mostram que a construção do saber metalinguístico, assegurada

pelos instrumentos aqui abordados, está intrinsecamente ligada ao ensino da língua no Brasil. E, conseqüentemente, na reprodução de uma identidade linguística do português do/no Brasil, todavia se apoia na língua portuguesa de Portugal que, reforçando essa ideia de sinônimo entre as duas nações, apagando e silenciando, diversas línguas que tiveram em contato nessa região e compuseram direta (ou indiretamente), sobretudo as línguas indígenas e as africanas, e estão inscritas nessa memória.

Por muito tempo houve uma forte preocupação em pôr ordem social em uma sociedade escravista - que era atravessada por inúmeros (e incontroláveis) conflitos políticos e sociais, ademais de regionalismos e particularismos locais - e em um território que englobava uma grande diversidade étnica-cultural. As línguas indígenas no Brasil, em sua maioria, desapareceram conforme foram sendo instauradas políticas repressivas desde o primeiro contato com os europeus. Há, nessa dicotomia, resíduos da Língua Geral que sobrevive, mesmo que invisível, na língua nacional. Há, do mesmo modo, vestígios dos dialetos africanos e seus falares marcados em diferentes grupos populacionais brasileiros que, igualmente, foram incorporados pela língua nacional.

O nacionalismo, portanto, parte da ideia de integrar a língua e a nação brasileira em uma só identidade, além disso, o processo de invenção das “línguas” se confunde com o processo de estabelecimento do monolinguismo no Brasil, sendo essa uma das mais puras formas de excluir importantes grupos étnicos e linguísticos da nacionalidade ou de querer reduzir estes grupos, muitas vezes, à força ao formato luso-brasileiro. Os verbetes analisados exibem sobre essa narrativa de uma só nação e uma só língua contada a partir da ótica colonizadora sob os colonizados. Não é à toa que *Africanismos* está definido que afastam seus falantes dos que falam português (*Aportuguesar*) há um objetivo por trás dessas definições que carregam as memórias discursivas de contexto histórico estabelecido. Os levantamentos realizados apontam para essa não admissão e não reconhecimento da influência dessas línguas na construção do português brasileiro como identidade nacional.

Pois essa ideia parece chocar-se com a concepção de um português como herança colonial, quinhentista. E, ainda que algumas análises tradicionais enxerguem esse contato, não as torna representativas dentro dos sentidos atribuídos à nação/nacionalidade/Brasil/brasileiro. Como resultado, esses sujeitos, embora sejam pertencentes à “coletividade”, foram e são silenciados pela ideologia predominante que, contraditoriamente, entende-os como membros da nação, mas não os reconhece como participantes constitutivos dela.

O que aqui nos dispomos a pensar foi sobre as formas eurocêntrica de definição e estabelecimento dos saberes linguísticos brasileiros que se firmam desde a concretude e engloba a língua em sua totalidade, ainda que sua história seja demarcada, nesse território, pela diversidade étnica, linguística, cultural e que é descrita há quinhentos anos como unívoca e concreta. Em suma, os textos gramaticais tratam das meras repetições da mesma história, e seu papel é preponderante em uma sociedade que se organiza a partir da escrita, onde só é válido aquilo que está escrito e oficializado. Assim, percebe-se que os sentidos nunca estão soltos, desligados ou circulando livremente, o efeito de unidade/homogeneidade da língua (una/unívoca), invoca um efeito de completude e literalidade. Esse acontecimento linguístico (semântico histórico), não produz os mesmos sentidos, mesmo que, em teoria, falemos a mesma língua. O que produz, na verdade, são efeitos de apagamentos por processos ideológicos constituídos na historicidade dos sentidos e em condições materiais específicas distintas.

Por consequência, resultou e resulta em um apagamento massivo das línguas indígenas e africanas, mediante aos efeitos de lutas ideológicas que se estabelecem através da língua. Considerando isso, as teorias que deram base a essa reflexão revelam que as representações científicas da linguagem costumam camuflar essas influências e disseminar a história da língua baseada em um desenvolvimento autônomo e na visão discriminatória de uma sociedade inferior. Refutando, desde uma organização linguística exteriorizada por um sentido político ideológico, a participação dessas línguas minoritárias e inferiores que simbolizavam um atraso para a sociedade. Com isso, ao compreender os efeitos de sentidos instaurados pelas políticas linguísticas brasileiras, construtoras de uma memória do português como identidade linguística, em um processo sutil, que ocorreu vagarosamente, cujo resultado silenciou e ressignificou as variedades linguísticas que se faziam presentes nessa época. Assim, definindo a língua do colonizador como a língua identitária do povo brasileiro.

Dias (2018) atenta para o entendimento de que as linhas demarcatórias do domínio do idioma, apontam justamente para a divisão de forças e de poder na sociedade. Assim, se configurando como uma identidade para a nação e para o brasileiro. Embora os discursos nacionalistas promovam um afastamento desse contato com as línguas imigrantes, as teorias em AD nos permitem refletir sobre essas ocorrências, por meio desses objetivos, e abrir um espaço para ressignificar essas relações. Em vista disso, este trabalho buscou compreender como as línguas africanas se apresentaram e se apresentam no Brasil, demonstrando os

mecanismos que construíram o monolinguismo em uma nação marcada pela diversidade da língua. Para isso, coube questionar como se constituiu o sujeito brasileiro e quais efeitos de sentido provocaram esses processos de colonização/descolonização linguística.

Pêcheux (2009), entende a língua como um espaço onde a ideologia encontra sua materialidade e explica que é preciso pensar, para além da predominância de uma língua sobre as outras, a relação da língua enquanto imaginário de nacionalidade e os efeitos de sentidos que surgem a partir do mito fundador e do imaginário ideal de língua nacional que se tem ao formar uma nova identidade linguística. Portanto, segundo o autor, é preciso considerar que é por meio da língua em funcionamento que o indivíduo se constitui como sujeito e é por meio dela, também, que constrói discursos para significar a si e ao seu mundo. Pensando, então, a língua como esse elemento de suma importância no processo de constituição das nações e como instrumento de dominação, questionamos neste trabalho os impasses dessa unificação forçada, dos efeitos de apagamento, desses paradigmas epistemológicos e eurocêtricos - que consideram a língua como entidade fechada e nula de sentidos - vinculados às políticas linguísticas e aos efeitos ideológicos da colonização.

Os discursos fundadores de uma memória do português como uma língua hegemônica, construída e falada por brasileiro, via instrumentos linguísticos estatais, apontaram para um projeto intencional de transposição de uma região colonizada em um país monolíngue. As formações discursivas, por esse viés, condicionaram a dominação e a segregação de uma sociedade que se organiza e se consolida contra o outro e contra a presença do outro, demarcado por um sentido de *nós e eles* que Barbosa Filho e Vicente (2022) explicam atualizar-se diversas vezes ao longo da história do Brasil. Para os autores, essa dicotomia entre *nós "brasileiros"* e *"africanos"* e *nós "brasileiros"* e *eles "indígenas"*, vem sendo marcada pelo processo de significação ao longo do século XIX, já que esses sujeitos não eram considerados nem cidadãos, nem estrangeiros e, por isso, estavam sujeitos às mais diversas arbitrariedades. Assim fazendo valer a negação, a exclusão, a homogeneização e o apagamento.

Ao finalizarmos esse olhar crítico para história da língua, pode-se, inclusive, abrir espaço para pensar e considerar - quem sabe em trabalhos futuros - a função das escolas na disseminação desses documentos e na repercussão dessas ideias oficializadas que, todavia, permeiam e circulam na sociedade atual. Tornando-se temas que necessitam ser abordados e repassados a partir de uma maior aproximação - que não acontece - entre cursos de licenciatura e escolas. Deixando claro a necessidade de verticalização do tema, de modo a

dar mais relevância à questão das relações de poder que se estabelecem pela/através da língua.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AQUINO, José Edicarlo de. ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. História das Ideias Linguísticas. **Revista Porto das Letras**, v. 06, n.5, 2020.

Análise de discurso gramática e contexto social / Organização Denize Elena Garcia da Silva. – Brasília, DF : Thesaurus, 2019

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; VICENTE, Valdemir. Nós e eles. In: SCHERER, Amanda Eloina; GARCIA, Dantielli Assumpção; BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. (Org.). **Restos de horror**. Campinas: Pontes, p. 195-2017, 2022.

BARBOSA FILHO, F. R. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 64, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8664658>>. Acesso em: 01 de set. 2023.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila. "**Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. “É à existência desta materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente se consagrar”. **DARQ - Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/darq/>>. Acesso em: 27. ago de 2023.

CASTRO, Yeda Antonita Pessoa de. "**Das línguas africanas ao português brasileiro**." (1983).

COURTINE, J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias: Revista dos estudos do discurso, imagem e som**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14, jul. 2016 Disponível em: <<http://www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques-Courtine-port.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2009.

DIAS, Luiz Francisco. Os sentidos do idioma nacional. **As bases enunciativas do Nacionalismo Lingüístico no Brasil**, v. 1, 1996.

DE PIETRI, Emerson. O ensino de português no brasil: as desigualdades da distribuição linguística. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, ed. 180137, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698180137>>. Acesso em: 30 ago. 2023

ESPÍRITO SANTO, Diogo Oliveira do, SANTOS, Kelly Barros. A invenção do monolinguismo no Brasil: por uma orientação translíngua em aulas de “línguas”1. **Calidoscópico**, Unisinos, v. 16, n. 1, p. 152-162, jan/abr, 2018.

FONSECA, Naira Cristina Fernandes da. **A influência africana na formação do português brasileiro**. Brasília, Julho de 2015.

FREI, Domingos Vieira. **Thesouro da Língua Portuguesa**. Casa dos Editores, 1871.

Disponível em:

<<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/b969bec8-75ba-40d7-b1be-6bf8ae2de65c>>. Acesso em: 01 set. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa NO BRASIL. **Ciênc. Cult**, São Paulo, v. 57, n. 2, Apr./June, 2005. Disponível em: <[A língua portuguesa no Brasil \(bvs.br\)](#)>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LIMA, Ivana Stolze; DO CARMO, Laura (Ed.). **História social da língua nacional**. Casa de Rui Barbosa, 2008.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. **IN Textos escolhidos**. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva

MARIANI, Bethania. Políticas de Colonização Linguística. **Revista Letras**, Santa Maria, nº 27, p. 73-82, 2003.

MODESTO, Rogério. Uma história das ideias linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico em torno do centro de transmissão linguística irregular. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 36, jul/dez, 2015.

MODESTO, Rogério. “Mulato” nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil. In: **Interfaces**, v. 13, n. 03, 2022.

NUNES, José Horta. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica (Org). **A palavra e a frase**. Campinas: Pontes, p. 147-172, 2010.

NUNES, José Horta. Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, Eni (Org). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, p. 163-181, 2007.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**, Taguatinga, v. 3, p. 06-21, 2010.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história – do século XVI ao XIX**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, E. P. A Língua Brasileira. Boletim da Abralin, Rio de Janeiro, n. 14, 1993. _____. **Língua e Conhecimento Linguístico**. São Paulo: Cortez: Editora da Unicamp, 200

ORLANDI, Eni P. **Língua e Conhecimento Linguístico. Para Uma História das Idéias no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, a. 14, n. 61, jan./mar, 1994.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Política linguística no Brasil**. 2007.

ORLANDI, Eni. Lexicografia discursiva. In: **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 101-119, 2002.

ORLANDI, Eni P. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, p. 123-136, n. 4, 1983. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/866640/4359>>. Acesso em: 30 ago. 2023

ORLANDI, Eni. **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional** - Campinas, SP: Pontes Editores, 2ª ed. 2001.

ORLANDI, Eni. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: RG, 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. " Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito lingüístico". In: MOURA, Silva. **O direito à fala – A questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Editora Insular, p. 127, 2000.

PASINATTO, Rubiamara. O funcionamento do aparelho ideológico escolar a partir dos instrumentos linguísticos e do discurso pedagógico. **Estudos Linguísticos**, Sinop, v. 15, n. 39, p.160-175, jul./dez. 2022.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 5.ed, 2014

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, p. 121-129, 2021.

PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes, p. 227-230, 2021.

RIBAS, Carlos. **Yeda Pessoa de Castro: influência de línguas africanas no português do Brasil precisa ser mais estudada**. 2022. Disponível em: <<https://www.edgardigital.ufba.br/?p=25098>>. Acesso em: 01 set. 2023.

Schneiders, Caroline. **A língua do/no Brasil: efeitos da memória e da história**. <http://dx.doi.org/10.22409/gragoata.2017n42a880>

SÉRIOT, Patrick. A língua Moldava nomeia o quê?. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 37-67, jul/dez. 2019.

SILVA, K. F. G. da; GREFF, L. B. Reflexões iniciais sobre a noção de “brasileirismo” em dicionários: a construção de uma memória sobre a língua. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, n. 3, p. 91-110, dez. 2016.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (Orgs.). **Língua e cidadania: o Português do Brasil**. Campinas/SP: Pontes, p. 151-162, 1996.

SILVA, Maurício. ORLANDI, Eni P. Língua e Conhecimento Lingüístico. Para Uma História das Idéias no Brasil. **Revista do CESP**, v. 23, n. 32, jan/dez. 2003. Disponível em: <[15-Maurício Silva-Resenha.p65 \(ufmg.br\)](#)>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SILVA, Marcela Maria Almeida. Língua, colonização e ensino: a língua que ensinamos e a língua que precisamos desconstruir para ensinar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 5, 7, fev.2023. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/5/lingua-colonizacao-e-ensino-a-lingua-que-ensinamos-e-a-lingua-que-precisamos-desconstruir-para-ensinar>>. Acesso em: 30 ago. 2023

SOUSA, Maria Clara Paixão de. A morfologia de flexão no Português do Brasil: ensaio sobre um discurso de “perda”. **Estudos da Língua(gem) Vitória da Conquista**, v. 8, n. 1 p. 83-121, jun. 2010.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **O português do Brasil como língua transnacional**.Campinas: Editora RG, p. 13-41, 2009.